

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Uma análise da manifestação de violência política contra mulheres brasileiras na esfera pública técnico-midiatizada: os casos da Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade
Federal de Uberlândia.

Orientador: Dr. Prof. Fernando
de Figueiredo

Uberlândia (MG)

2026

OSMAM MARTINS JÚNIOR

**Uma análise da manifestação de violência política contra mulheres brasileiras
na esfera pública técnico-midiatizada: os casos da Manuela D'Ávila e Joice
Hasselmann**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade
Federal de Uberlândia.

Área de concentração:
Estado, Políticas Públicas e
Conflitos Sociais

Banca Examinadora:

Fernando de Figueiredo Balieiro/PPGCS/UFU

Rosana Soares Campos/PPGCS/UFMS

Márcio Ferreira de Souza/PPGCS/UFU

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- M386a
2026
- Martins Júnior, Osmam, 1996-
Uma análise da manifestação de violência política contra mulheres
brasileiras na esfera pública técnico-midiatizada [recurso eletrônico] : os
casos da Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann / Osmam Martins Júnior. --
2026.
- Orientador: Fernando de Figueiredo Balieiro.
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.11039>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.
1. Ciências sociais. I. Balieiro, Fernando de Figueiredo, 1983-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 30

André Carlos Francisco
Bibliotecário(a)-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 1/2026 do PPGCS-UFU				
Data:	30 de junho de 2026	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:25
Matrícula do Discente:	12412CSC008				
Nome do Discente:	Osmam Martins Júnior				
Título do Trabalho:	Uma análise da manifestação de violência política contra mulheres brasileiras na esfera pública técnico-midiatizada: os casos da Manuela d'Ávila e Joice Hasselmann				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Embates de gênero na esfera pública: uma análise da mobilização da noção de ideologia de gênero nas plataformas digitais				

Reuniu-se por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro - Orientador e Presidente da banca (PPGCS/INCIS/UFU), Prof. Dr. Marcio Ferreira de Souza - Examinador (PPGCS/INCIS/UFU) e Profa. Dra. Rosana Soares Campos - Examinadora (PPGCS/UFSM).

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença dos membros da banca, e concedeu o discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores Prof. Dr. Marcio Ferreira de Souza e Profa. Dra. Rosana Soares Campos, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato: **APROVADO**.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro - Orientador e Presidente da banca
(PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Marcio Ferreira de Souza - Examinador (PPGCS/INCIS/UFU)

Profa. Dra. Rosana Soares Campos - Examinadora (PPGCS/UFMS)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Figueiredo Balieiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/07/2026, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferreira de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/07/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Soares Campos, Usuário Externo**, em 06/07/2026, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7420273** e o código CRC **17D2B2AB**.

Referência: Processo nº 23117.040999/2026-65

SEI nº 7420273

A única verdadeira viagem de descoberta, a única fonte da eterna juventude, não seria visitar terras estranhas, mas possuir outros olhos, ver o universo pelos olhos de outro, de cem outros, ver os cem universos que cada um deles vê, que cada um deles é.

(Proust, Marcel. 1923)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meus irmãos Luiza Martins e Gustavo Martins, e a minha mãe Luzia Francisca por sempre me apoiar no caminho dos estudos e do aperfeiçoamento. Aos meus amigos da UFCat, Emerson, Lucas, Luiz Phillipe, João e outros, por também fortalecer em mim a vontade de mergulhar nas ciências sociais.

Agradeço às amigas Ana Teresa, Maria Júlia, Laís, Priscila, Gabriela, Vitória e Mayana, e aos amigos Renato, Edivan, Kauã, pela presença no ano de 2023. A participação de vocês, cada palavra de conforto, cada demonstração de fé na caminhada e no futuro, foi fundamental para que eu pudesse chegar nesse momento.

Agradeço ao SINTET-UFU, por me oportunizar exercer o ofício de jornalista e garantir minha subsistência para que eu pudesse dedicar a pesquisa sem preocupações financeiras de primeira ordem. Ao meu psicólogo Rickson Bernardes, pela escuta e pelo tratamento, e a Associação Acuracan pelo acolhimento e oferta de medicamento para ansiedade, fundamental para que eu pudesse concluir essa etapa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro, registro agradecimentos pela paciência e pela participação ativa na orientação e no percurso da pesquisa em sociologia digital.

Agradeço também ao meu editor e parceiro de negócios, Carlos Duarte, pelo apoio e incentivo ao longo de toda a jornada, desde que retornei para Uberlândia, em 2023, até os dias atuais. E a minha amiga Brigitte Silveira, que acreditou mesmo quando eu não acreditava.

Se esta dissertação chegou ao fim, foi porque muitas mãos, vozes, ouvidos e afetos me sustentaram ao longo do caminho. Agradeço à Maria Eduarda e ao Marcelo, egressos do INCIS, e a Gisele Cardoso do DAGEO, pelo apoio e confiança. Que estas páginas carreguem um pouco da contribuição de cada pessoa que fez parte desta trajetória.

Agradeço à banca de avaliação: ao Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza (UFU) e a Profa. Dra. Rosana Soares Campos (UFSM) por todas as contribuições e pelo aceite na composição desta banca.

RESUMO:

Esta pesquisa analisa a violência política de gênero contra duas mulheres políticas, Joice Hasselmann e Manuela D'Ávila, considerando sua expressão em um contexto de esfera pública técnico-midiatizada. A pesquisa foi realizada a partir de análise documental em um corpus composto por relatos, entrevistas, reportagens, memes, sabatinas e outros materiais. O objetivo do estudo é analisar como a violência política direcionada a elas se desenvolveu em um processo de produção de imagens e narrativas difundidas em diversos tipos de mídia. Com base na teoria do enquadramento midiático, formulada originalmente por Erving Goffman (1974) e atualizada para o campo das mídias digitais, investiga-se a construção das imagens dessas figuras públicas por diferentes públicos e grupos políticos, considerando a exploração do ambiente digital para ataques pessoais e comunicação de massa. A pesquisa demonstra que uma diversidade de enquadramentos foi utilizada para deslegitimar suas atuações: o enquadramento da *inocência política*, que as infantiliza e as reduz a peças acessórias; o enquadramento *estético*, que privilegia atributos físicos em detrimento de suas expressivas votações e competências técnicas; o enquadramento de *desumanização*, operado por meio de comparações animais e ridicularização; o enquadramento *conflituoso*, que patologiza suas lideranças como geradoras de intrigas; e o enquadramento da *vida pessoal*, que instrumentaliza o escrutínio moral e íntimo para desviar o foco do debate programático. Conclui-se que, apesar de pertencerem a espectros ideológicos opostos, ambas as políticas sofreram processos simétricos de violência baseada no gênero, revelando como a esfera técnico-midiatizada atua na corrosão da imagem pública, na sabotagem de reputações e na indução do afastamento de mulheres dos espaços de poder, configurando uma grave ameaça às instituições democráticas.

Palavras-chave: violência política de gênero; mulheres na política; enquadramento midiático; sociologia digital; esfera público-midiática.

ABSTRACT:

This research analyzes political gender-based violence against two female politicians, Joice Hasselmann and Manuela D'Ávila, examining its expression within the context of a techno-mediatized public sphere. The study was conducted using documentary analysis on a corpus comprising accounts, interviews, news reports, memes, town halls/debates, and other materials. The objective of the study is to analyze how the political violence directed at them unfolded through the production of images and narratives disseminated across various media platforms. Grounded in frame theory, originally formulated by Erving Goffman (1974) and updated for the digital media domain, the research investigates the construction of these public figures' images by different audiences and political groups, considering the exploitation of the digital environment for personal attacks and mass communication. The research demonstrates that a variety of frames were employed to delegitimize their political actions: the frame of political innocence, which infantilizes them and reduces them to secondary accessories; the aesthetic frame, which privileges

physical attributes over their significant electoral performances and technical competence; the frame of dehumanization, operated through animal comparisons and ridiculing; the conflictual frame, which pathologizes their leadership as a source of intrigue; and the personal life frame, which instrumentalizes moral and intimate scrutiny to shift focus away from policy-driven debate. It concludes that, despite belonging to opposite ideological spectrums, both politicians suffered symmetrical processes of gender-based violence, revealing how the techno-mediatized sphere acts to corrode public image, sabotage reputations, and induce the withdrawal of women from spaces of power, ultimately posing a serious threat to democratic institutions.

Keywords: Political Violence Against Women. Techno-Mediated Public Sphere. Framing Theory. Digital Sociology. Democracy.

RESUMEN

Esta investigación analiza la violencia política de género contra dos mujeres políticas, Joice Hasselmann y Manuela d'Ávila, examinando su expresión en el contexto de una esfera pública técnico-mediatizada. El estudio se llevó a cabo a partir del análisis documental de un corpus compuesto por relatos, entrevistas, reportajes, memes, debates y otros materiales. El objetivo del estudio es analizar cómo la violencia política dirigida a ellas se desarrolló en un proceso de producción de imágenes y narrativas difundidas en diversos tipos de medios. Con base en la teoría del encuadre mediático, formulada originalmente por Erving Goffman (1974) y actualizada para el campo de los medios digitales, se investiga la construcción de las imágenes de estas figuras públicas por parte de diferentes públicos y grupos políticos, considerando la explotación del entorno digital para ataques personales y comunicación de masas. La investigación demuestra que se utilizó una diversidad de encuadres para deslegitimar sus actuaciones políticas: el encuadre de la inocencia política, que las infantiliza y las reduce a piezas accesorias; el encuadre estético, que privilegia atributos físicos en detrimento de sus significativas votaciones y competencias técnicas; el encuadre de deshumanización, operado mediante comparaciones animales y ridiculización; el encuadre conflictivo, que patologiza sus liderazgos como generadores de intrigas; y el encuadre de la vida personal, que instrumentaliza el escrutinio moral e íntimo para desviar el foco del debate programático. Se concluye que, a pesar de pertenecer a espectros ideológicos opuestos, ambas políticas sufrieron procesos simétricos de violencia basada en el género, lo que revela cómo la esfera técnico-mediatizada actúa en la corrosión de la imagen pública, en el sabotaje de reputaciones y en la inducción del alejamiento de las mujeres de los espacios de poder, configurando una grave amenaza para las instituciones democráticas.

Palabras clave: Violencia política contra las mujeres; Esfera pública técnico-mediatizada; Teoría del encuadre; Sociología digital; Democracia.

SUMÁRIO:

LISTA DE TABELAS, IMAGENS E FIGURAS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 - A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: DAS ESTRUTURAS PATRIARCAIS À ESFERA PÚBLICA TÉCNICO-MIDIATIZADA

1.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA ERA DIGITAL: UMA BREVE ANÁLISE

1.2 A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NA ERA DO ALGORITMO

CAPÍTULO 2 - TEORIA DO ENQUADRAMENTO: UMA ABORDAGEM PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES

2.1 TEORIA DO ENQUADRAMENTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO

2.1.1 COMO OS COMENTÁRIOS SEXISTAS E A INTIMIDAÇÃO ONLINE MOLDARAM A TRAJETÓRIA ELEITORAL DE MANUELA D'ÁVILLA

2.1.2 JOICE HASSELMANN: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

2.2 - O ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO SOBRE JOICE HASSELMANN E MANUELA D'ÁVILLA

CAPÍTULO 3 - ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS NA REPRESENTAÇÃO DE MANUELA D'ÁVILA E JOICE HASSELMANN

3.1 ENQUADRAMENTO ESTÉTICO

3.2 ENQUADRAMENTO DE INOCÊNCIA POLÍTICA

3.4 ENQUADRAMENTO DO ESTIGMA DA CONFLITUOSA

3.5 ENQUADRAMENTO DE VIDA PESSOAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE TABELAS, IMAGENS E FIGURAS

MAPA CONCEITUAL 1	p. 34
TABELA 1	p. 44
IMAGEM 1	p. 51
TABELA 2	p. 51
IMAGEM 2	p. 54
TABELA 3	p. 54
TABELA 4	p. 58

INTRODUÇÃO

A presença feminina na política brasileira tem crescido nas últimas décadas, mas permanece marcada por desigualdades estruturais e por diferentes formas de violência direcionadas às mulheres que ocupam espaços de poder. Entre essas formas de violência, destaca-se a violência política de gênero, que envolve práticas de deslegitimação, hostilidade, assédio e ataques simbólicos voltados à desqualificação da atuação pública feminina. Em muitos casos, tais ataques mobilizam estereótipos de gênero que questionam a capacidade, a estabilidade emocional ou a legitimidade das mulheres no exercício de funções políticas.

Segundo um estudo do Instituto Esfera baseado em dados do TSE, do Senado e do Observatório Nacional da Mulher na Política, o Brasil ocupa a 134^a posição em um ranking global de 183 países sobre representação feminina na política, ficando em último lugar na América Latina, bem atrás de nações como Cuba e México, que se aproximam da paridade de gênero no Legislativo. Embora as candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados tenham saltado de 358 para 3.668 entre 1998 e 2022 (alta de 925% impulsionada pelas cotas da Lei das Eleições), o avanço das eleitas não acompanhou essa proporção, alcançando apenas 91 deputadas (17,7% das cadeiras). A disparidade persiste no âmbito municipal, onde as eleições de 2024 elegeram 10.649 vereadoras (18,2% do total), mas deixaram mais de 3 mil câmaras municipais sem nenhuma representante feminina, levando o levantamento a propor soluções como maior fiscalização de verbas de campanha, combate a candidaturas laranjas e adoção de listas eleitorais fechadas com alternância obrigatória entre homens e mulheres.

Historicamente, práticas de assédio, interrupções sistemáticas, humilhações públicas e campanhas de difamação dirigidas a mulheres públicas eram naturalizadas como "custos ordinários do jogo político" ou diluídas sob nomenclaturas genéricas como crimes contra a honra e conflitos partidários. O grande divisor de águas ocorre com a promulgação da Lei nº 14.192/2021, que tipificou e institucionalizou a violência política de gênero no ordenamento jurídico brasileiro. A partir desse marco legal, essas condutas ganham nome próprio, densidade conceitual e enquadramento penal autônomo, passando a ser formalmente tipificadas como ações ou omissões que visam impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos e o exercício de funções públicas da mulher em razão

do seu gênero. Assim, a legislação não apenas legitima a nomeação do fenômeno no debate público e acadêmico, mas também reconhece que tais expedientes não constituem incidentes isolados, mas sim estratégias sistemáticas de exclusão do espaço democrático.

No contexto contemporâneo, essas dinâmicas tornaram-se ainda mais complexas com a expansão das mídias digitais e das plataformas de redes sociais. Esses ambientes ampliaram a circulação de discursos políticos e intensificaram disputas narrativas em torno de figuras públicas, frequentemente potencializando ataques e campanhas de desinformação. Nesse cenário, mulheres que ocupam posições de visibilidade política tornam-se alvos recorrentes de processos de deslegitimação que combinam disputas ideológicas com formas específicas de violência contra as mulheres.

Entre os casos que ilustram essas dinâmicas no Brasil recente destacam-se as trajetórias das lideranças políticas Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann. Embora situadas em campos políticos e ideológicos distintos, sendo a primeira vinculada à esquerda e a segunda associada, em diferentes momentos, ao campo conservador, ambas foram alvo de intensas campanhas de ataques e desqualificação pública, especialmente no ambiente digital.

O ataque a mulheres que atuam na política tem história e remonta às desqualificações das primeiras feministas da era moderna que ousaram defender a participação política feminina. Uma análise centrada na violência política de gênero é importante não apenas para verificar sua continuidade no tempo presente, mas avaliar de que modo ela se atualiza na era digital, quais são suas características em uma nova ordem comunicacional, além de abordar os atores envolvidos na reprodução da violência e seus interesses. A análise dessas duas figuras torna-se particularmente relevante porque permite observar como a violência política de gênero pode atravessar diferentes espectros ideológicos, atingindo mulheres independentemente de suas posições partidárias ou agendas políticas.

Sobre o tema, cabe destacar as contribuições seminais de Olympe de Gouges (1748–1793) e Mary Wollstonecraft (1759–1797), pioneiras na articulação do feminismo político iluminista. Em sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), Gouges confrontou radicalmente os limites da Revolução Francesa ao espelhar e subverter a Declaração de 1789, demonstrando que a pretensa universalidade jacobina camuflava uma exclusão sistemática de gênero. No

contexto britânico, Wollstonecraft publicou *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), obra em que polemiza com o pensamento rousseauiano e defende que a aparente "fragilidade" feminina era subproduto de uma educação negligente, sustentando que a emancipação civil e moral das mulheres seria indissociável do pleno desenvolvimento de sua racionalidade. Ambas as autoras evidenciam que a crítica à opressão de gênero nasce concomitantemente à própria estruturação do Estado democrático moderno.

A luta pelos direitos políticos e civis das mulheres apoia-se em um histórico de enfrentamento a barreiras institucionais e de violência simbólica e física. Ainda sobre Olympe de Gouges, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), ela foi executada na guilhotina em 1793 em um ato de punição e silenciamento direcionado a mulheres que ousavam ocupar e reivindicar a esfera pública. No contexto brasileiro, o marco pioneiro dessa agenda surge com Nísia Floresta em 1832, ao publicar *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. Embora historiografias posteriores tenham apontado o texto como uma tradução livre (ou adaptação) do célebre *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), da britânica Mary Wollstonecraft, a intervenção de Nísia Floresta permanece como um divisor de águas fundamentado na introdução e circulação do debate sobre a igualdade de gênero no ambiente intelectual e político do Brasil do século XIX.

A escolha das duas lideranças políticas que serão objeto de análise não pretende sugerir que a violência política de gênero seja restrita a essas lideranças. Pelo contrário, outras mulheres na política brasileira têm sido alvo de ataques semelhantes, potencializados pelas redes sociais¹. A violência política de gênero

¹ Destaca-se o caso de Marielle Franco e Áurea Carolina. O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro, desencadeou seis anos de intensa mobilização popular e disputas jurídicas que se tornaram símbolo global de luta contra a violência política. O percurso das investigações foi marcado por forte clamor social, combate a campanhas de difamação, constantes trocas nas equipes policiais do Rio de Janeiro e tentativas de obstrução, até que as prisões dos executores Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, em 2019, abriram caminho para novos desdobramentos. O caso atingiu um marco decisivo após a entrada da Polícia Federal nas apurações e a homologação de delações premiadas, culminando na prisão dos irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, ao lado do ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, apontados como os mandantes e articuladores do crime motivado por disputas territoriais e interesses de milícias na Zona Oeste da cidade (A Verdade, 2024). Por outro lado, a ex-deputada federal Áurea Carolina afirma que os partidos políticos brasileiros frequentemente reproduzem práticas de violência política de gênero, tornando-se espaços de desgaste para mulheres que buscam atuação institucional. Na entrevista, ela relata experiências de esgotamento emocional durante sua trajetória parlamentar, critica estruturas partidárias e legislativas que dificultam a participação feminina, especialmente de mães, e defende mudanças que ampliem a representação e a permanência de mulheres na política. A ex-parlamentar também avalia que os avanços em pautas de gênero e diversidade têm sido mais lentos do que o esperado, destacando os

não se restringe a situações isoladas, mas apontam para um fenômeno recorrente no cenário político brasileiro. Analisar as trajetórias de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann oferece um recorte analítico significativo por três razões principais. Em primeiro lugar, ambas ocuparam posições de grande visibilidade nacional, participando de disputas eleitorais majoritárias e de debates públicos amplamente midiaticizados. Em segundo lugar, suas trajetórias evidenciam episódios intensos de violência política e ataques digitais amplamente documentados. Por fim, o fato de estarem situadas em campos ideológicos antagônicos permite investigar se e como os mecanismos de deslegitimação de gênero operam de forma longitudinal às disputas político-partidárias. Considerando este contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão de investigação: como a percepção pública dessas mulheres foi construída por diversas mídias e atores e de que forma elas reiteram violências simbólicas em relação a elas?

Para responder a essa questão, partimos da perspectiva teórica do enquadramento, recuperada da obra de Erving Goffman (2012), e atualizada em estudos de movimentos sociais, sociologia da mídia e Comunicação Política (Balieiro, 2026). A perspectiva do enquadramento parte do pressuposto de que a realidade é construída a partir da mobilização do significado por diversos atores em disputa na sociedade. Tais disputas se tornam ainda mais evidentes em um novo ecossistema comunicacional próprio da era digital (Balieiro, 2026) em que se percebem tendências contraditórias: a difusão de um discurso feminista por meio das plataformas de rede social, a circulação de discursos misóginos em canais de socialização masculina, a perpetuação de práticas e representações marcadas pela dominação masculina e a criação de um ambiente político caracterizado como densamente emocional da esfera pública técnico-midiaticizada, que incentiva a intolerância (Miskolci, 2021).

A partir dessas questões centrais, o estudo tem como objetivo geral compreender de que maneira diferentes formas de enquadramento midiático contribuíram para a construção da imagem pública de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann, e como elas se integram à produção e disseminação de violências políticas de gênero em sua trajetória. Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa estabelece os seguintes objetivos específicos: a) mapear materiais midiáticos e

conteúdos digitais relacionados às duas lideranças, incluindo entrevistas, campanhas políticas, conteúdos jornalísticos e publicações em redes sociais; b) identificar e categorizar os principais enquadramentos midiáticos utilizados na representação pública dessas figuras políticas; c) conhecer a textura dos processos de enquadramento observados nos dois casos, identificando similaridades e diferenças na forma como a violência política de gênero se manifesta em cada trajetória.

Esta pesquisa adota uma abordagem estrutural diacrônica, em oposição a um recorte puramente sincrônico, com o objetivo de analisar a evolução do enquadramento conferido a essas mulheres na política representativa brasileira. O recorte temporal estende-se até o ano de 2025, mas estabelece marcos iniciais distintos para cada liderança, respeitando as diferenças cronológicas e os momentos específicos em que cada uma ascendeu à vida pública. O estudo concentra-se nos episódios de maior visibilidade no ambiente digital e midiático, sobretudo durante períodos de intensas disputas eleitorais. Essa perspectiva temporal variável, porém orientada pelo fluxo histórico, é fundamental para examinar como as dinâmicas comunicacionais contemporâneas, especialmente as mediadas pelas plataformas digitais, atuam na construção, consolidação e transformação das narrativas sobre essas mulheres na política ao longo do tempo.

A definição do *corpus* analítico desta pesquisa orientou-se por uma perspectiva metodológica qualitativa e indutiva, na qual a seleção do material empírico emergiu organicamente ao longo do próprio processo de investigação dos casos de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann. Longe de responder a um recorte a priori fixo ou rígido, a delimitação do material seguiu o critério de saturação teórica e relevância analítica, acompanhando as rastreabilidades digitais e a circulação mediática das dinâmicas de violência política de gênero em momentos de pico de visibilidade pública.

Diante do caráter fluido e denso da esfera pública técnico-midiatizada, a pesquisa de campo revelou que a violência contra as mulheres contra mulheres públicas não se manifesta de forma isolada em um único formato ou suporte. Por essa razão, a opção por reunir materiais de naturezas distintas, como postagens em redes sociais, enquadramentos da mídia *mainstream*, declarações públicas e episódios de ataques simbólicos no ambiente digital, justifica-se pela própria complexidade do objeto. Essa diversidade empírica permite apreender o fenômeno

em seu *continuum*, cobrindo desde a produção do discurso de ódio e pânico moral na comunicação digital até a sua repercussão e enquadramento nos meios de comunicação tradicionais.

Portanto, o critério de escolha do *corpus* fundamentou-se em mapear as intersecções entre os pólos em disputa e os meios de circulação, selecionando conteúdos que sintetizassem as principais barreiras de permanência, os expedientes de deslegitimação simbólica e as táticas performativas exercidas contra as políticas analisadas. A heterogeneidade do material empírico reflete, assim, a própria arquitetura do ecossistema informacional contemporâneo, no qual a violência política de gênero transita e se alastra por múltiplos ambientes e formatos comunicacionais.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com a teoria do enquadramento formulada por Erving Goffman (1974/2012), posteriormente desenvolvida por autores como Robert Entman (1993) e Gamson e Modigliani (1989). Para Goffman, os enquadramentos correspondem a esquemas interpretativos que organizam a experiência social e orientam a forma como os indivíduos percebem e interpretam eventos cotidianos. No campo da comunicação, Entman (1993) argumenta que os enquadramentos operam por meio da seleção e ênfase de determinados aspectos da realidade, contribuindo para definir problemas, identificar causas, formular julgamentos morais e sugerir soluções.

Em outras palavras, a análise de enquadramento, proposta por Erving Goffman (2012) em *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*, parte de uma ideia simples: nós não percebemos a realidade de forma direta, mas interpretamos o que acontece ao nosso redor a partir de “quadros”, ou seja, formas de organizar e dar sentido às situações do cotidiano. Esses quadros funcionam como esquemas mentais que ajudam a entender o que está acontecendo, definindo o que é relevante, como devemos agir e como devemos interpretar os fatos. Goffman mostra que esses enquadramentos podem ser básicos (quando damos sentido imediato a algo) ou podem ser modificados, por exemplo, quando uma situação ganha um novo significado ou quando alguém manipula a interpretação dos outros. Essa perspectiva é importante para esta pesquisa que se debruça não sobre as interações sociais, mas a desvelar como a comunicação midiática ajuda a construir a realidade, enfatizando certos aspectos e deixando os outros de lado.

Assim, a análise de enquadramento ajuda a perceber como os sentidos em torno da imagem das duas lideranças políticas são produzidos e disputados nas mídias.

A compreensão dessas dinâmicas torna-se ainda mais relevante no contexto das transformações recentes da esfera pública. Para Miskolci (2021), as redes sociais contribuíram para a formação de uma nova configuração comunicacional, denominada pelo autor de esfera pública técnico-mediatizada, na qual a visibilidade pública passa a ser fortemente condicionada pela lógica algorítmica das plataformas digitais. Nesse ambiente, conteúdos que mobilizam emoções intensas, conflitos e polarizações tendem a alcançar maior circulação, influenciando a forma como atores políticos são representados e percebidos.

A análise da violência política de gênero exige considerar as estruturas sociais mais amplas que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres. Autores como Soares, Rifiotis e Gregori (2011) argumentam que a violência contra as mulheres deve ser compreendida no contexto histórico das relações patriarcais que estruturam a organização social. Pierre Bourdieu (2002), por sua vez, demonstra que a dominação masculina se reproduz por meio de mecanismos simbólicos que naturalizam hierarquias de gênero e contribuem para a manutenção de relações de poder desiguais.

Nesse sentido, a análise dos enquadramentos midiáticos de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann permite observar como discursos públicos, disputas políticas e estruturas simbólicas de gênero se articulam na produção de narrativas que podem reforçar processos de deslegitimação feminina na política. Ao investigar esses casos, a pesquisa busca contribuir para a compreensão sociológica das formas contemporâneas de violência política de gênero no Brasil, evidenciando como dinâmicas midiáticas e digitais participam da construção dessas experiências.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo dedica-se à reflexão teórico-conceitual sobre os aspectos históricos e sociais da dominação masculina, examinando seus desdobramentos na arena política até a caracterização da violência política de gênero na era digital. O segundo capítulo analisa a reprodução desse fenômeno na trajetória das duas lideranças políticas investigadas, focando na construção deliberada de imagens públicas depreciativas e estigmatizantes. Por fim, o terceiro capítulo concentra-se na

análise empírica propriamente dita, detalhando os procedimentos metodológicos adotados, o protocolo de codificação do *corpus* e a categorização dos enquadramentos midiáticos mobilizados contra as agentes políticas.

Por fim, importante destacar que o fenômeno da violência política de gênero (VPG) tem se consolidado como um dos principais obstáculos para a consolidação democrática e para a garantia dos direitos políticos de minorias na América Latina. De acordo com os dados apresentados por Silva e Silva (2025), a produção científica sobre o tema demonstrou um crescimento acentuado a partir de 2020, impulsionada pela promulgação de marcos regulatórios internacionais e nacionais, como a Lei nº 14.192/2021 no cenário brasileiro. A rigor, a dimensão conceitual que articula os ataques e interdições sofridos por mulheres na vida pública ganha contornos jurídicos e institucionais definidos no Brasil com a promulgação da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Essa legislação estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, inserindo no ordenamento eleitoral o tipo penal específico para atos de assédio, constrangimento, humilhação e perseguição voltados a restringir o exercício de seus direitos políticos. Ao explicitar este dispositivo legal já nesta etapa introdutória do capítulo, o qual será aprofundado adiante na p. 32, busca-se assegurar que as condutas analisadas ao longo do estudo sejam desde logo nomeadas e enquadradas sob a categoria formal de violência política de gênero, e não reduzidas a meras controvérsias ou custos ordinários da disputa política.

Por meio de uma revisão de escopo que analisou a literatura produzida entre 2010 e 2022, os autores evidenciaram que a VPG transcende o sistema político formal, capilarizando-se por instituições como os sindicatos. Esse cenário expõe a insuficiência dos atuais mecanismos institucionais de proteção e fiscalização partidária, os quais frequentemente falham em coibir fraudes na aplicação de cotas eleitorais e em punir desvios éticos nos conselhos parlamentares.

Sob a ótica analítica do estudo, a manifestação da VPG opera de forma multidimensional, englobando as esferas simbólica, institucional e interpessoal, e exige a incorporação urgente de uma perspectiva interseccional nas políticas públicas, visto que as agressões são sensivelmente tencionadas por marcadores de raça, etnia, orientação sexual e transgeneridade (Silva; Silva, 2025). O

levantamento destaca que mulheres jovens, negras e a população LGBTI+ figuram como os alvos mais vulneráveis a táticas que visam desestimular ou anular sua permanência nos espaços de poder. Ademais, a pesquisa alerta para o papel central das redes sociais e do viés da mídia jornalística como vetores de propagação desse tipo de violência virtual e psicológica, cujos impactos severos extrapolam a arena pública e culminam em adoecimento, exaustão e sofrimento psíquico para as vítimas. Esta pesquisa busca analisar a VPG a partir de um enfoque específico - suas relações com as mídias, relação construída por meio de enquadramentos midiáticos que afetam a percepção pública das políticas analisadas.

CAPÍTULO 1 - A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: DAS ESTRUTURAS PATRIARCAIS À ESFERA PÚBLICA TÉCNICO- MIDIATIZADA

1.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA ERA DIGITAL: UMA BREVE ANÁLISE

Esta pesquisa centra-se em dois casos específicos de violência política de gênero: o da ex-deputada Manuela D'Ávila e o da ex-deputada Joice Hasselmann . No primeiro caso, observa-se o afastamento da disputa eleitoral nos últimos pleitos, voltando à cena política para as eleições de 2026; no segundo, a derrota nas eleições de 2022 e o subsequente distanciamento da política representativa, em um contexto marcado por tensões com o grupo político bolsonarista ao qual esteve anteriormente vinculada. Em ambos os casos, episódios de violência política foram amplamente divulgados, configurando-se como objetos relevantes para análise. Assim, a pesquisa busca compreender sociologicamente essas experiências, articulando-as à subordinação histórica das mulheres na política brasileira e às suas reconfigurações na era digital. Nesse sentido, considera-se também o processo de digitalização da democracia e o papel das mídias sociais na mediação da participação política, trazendo a questão às pesquisas atuais sobre se tais espaços ampliam a participação cidadã ou favorecem a disseminação de práticas de hostilidade e violência contra as mulheres.

Violência política é definida como um fenômeno que utiliza o uso da força (física, material ou psicológica) para moldar as relações de poder entre governantes e governados, indo além de simples crimes comuns, implicando em prejuízo na participação política dos cidadãos. No contexto eleitoral, ela manifesta-se como uma estratégia para influenciar o resultado das urnas, seja através da eliminação de adversários, da coação de eleitores ou da desestabilização do processo democrático, ocorrendo de forma contínua ao longo de todo o ciclo eleitoral (antes, durante e depois da votação) (Borba et al, 2022).

Nesta pesquisa, a violência política de gênero é entendida como o uso do poder político para violar, restringir ou anular os direitos humanos e políticos das mulheres. Essa violência surge como uma forma de resistência ao empoderamento feminino e à aplicação de leis de paridade, manifestando-se tanto em um nível invisível (por meio de regras institucionais e decisões judiciais que favorecem a lógica masculina) quanto em um nível visível, que inclui agressões físicas e simbólicas. Assim, a desigualdade estrutural e a cultura patriarcal transformam as instituições em espaços de discriminação que dificultam a permanência de mulheres na vida pública (Archenti; Albaine, 2018).

Nesse sentido, a violência política contra mulheres, potencializada pelos ambientes digitais, insere-se em um contexto mais amplo de desigualdades estruturais. Conforme argumenta Biroli (2018), as relações de gênero no campo político são atravessadas por hierarquias históricas que condicionam tanto o acesso quanto a permanência das mulheres em posições de poder. Essas desigualdades estão associadas à constituição da política como um espaço predominantemente masculino, no qual atributos como liderança e autoridade são tradicionalmente vinculados ao masculino (Bourdieu, 2002; Miguel; Biroli, 2014). Como resultado, a presença feminina tende a ser percebida como excepcional, sendo frequentemente submetida a maior escrutínio e contestação (Krook; Sanín, 2020).

Nesse quadro, é possível compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política a partir de duas dimensões inter-relacionadas: as barreiras de entrada e as barreiras de permanência. As primeiras referem-se aos obstáculos que limitam o ingresso das mulheres na vida política institucional, como a baixa inserção em instâncias decisórias partidárias, a distribuição desigual de recursos de campanha e a predominância de redes políticas masculinas. Já as barreiras de permanência dizem respeito aos mecanismos que dificultam a atuação e a consolidação das mulheres nos cargos que ocupam, incluindo a deslegitimação simbólica de suas agendas, a cobertura midiática enviesada e a sua marginalização em espaços institucionais de maior prestígio.

Apesar dos avanços institucionais voltados à ampliação da participação feminina na política, como a implementação das cotas de gênero, persistem entraves significativos à efetiva inclusão das mulheres nos espaços de poder. No Brasil, a legislação eleitoral estabelece que partidos e federações devem reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para cada sexo nas eleições proporcionais, buscando corrigir desigualdades históricas de representação. Para além do preenchimento formal dessas vagas, a norma também prevê a distribuição proporcional de recursos financeiros e tempo de propaganda, de modo a garantir condições mais equitativas de disputa. No entanto, a existência de práticas como as chamadas “candidaturas laranja” evidencia os limites da efetividade dessas políticas, uma vez que indicam estratégias de cumprimento meramente formal da legislação. Assim, embora as cotas representem um avanço importante no plano

normativo, sua implementação revela tensões entre a ampliação da participação feminina e a persistência de mecanismos estruturais que restringem sua inserção e permanência na política (Brasil, 2024).

Mais recentemente, a violência política de gênero, especialmente em plataformas digitais, tem se destacado como um desses mecanismos de afastamento das mulheres da política. A misoginia, entendida como prática de controle e punição dirigida àquelas que desafiam normas de gênero (Manne, 2018), encontra no ambiente digital condições favoráveis à sua intensificação, em razão da rapidez da circulação de conteúdos, da lógica algorítmica e da ampliação do alcance das interações. Nesse contexto, práticas como assédio, desqualificação e ataques pessoais podem ser potencializadas, contribuindo para a deslegitimação da atuação política feminina e para o reforço de padrões de dominação masculina (Saffioti, 2004; Bourdieu, 2002).

Além de afetar diretamente as mulheres que ocupam cargos políticos, essas formas de violência tendem a produzir efeitos mais amplos, ao desencorajar a participação de outras mulheres na vida pública. Como observa Meneguelli (2024), tais práticas podem ser compreendidas como mecanismos socialmente tolerados que operam na manutenção de padrões de exclusão. A autora destaca, nesse sentido, que a naturalização da violência política de gênero pode ser observada em episódios amplamente difundidos na cena política brasileira, como no contexto do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Mesmo antes do início formal desse processo, manifestações de violência dirigidas à ex-presidenta já se faziam presentes, muitas vezes articuladas a discursos de ódio com forte marca de gênero. Seguindo a visão de Schäfer, Leivas e Santos (2015), o discurso de ódio pode ser entendido como a manifestação de ideias preconceituosas e intolerantes que atacam a dignidade de grupos vulneráveis. De acordo com os autores, esse fenômeno se apoia em quatro pontos principais: primeiro, a externalidade, que significa tirar o preconceito do pensamento e transformá-lo em ações concretas; segundo, o caráter segregacionista, que cria uma divisão desigual entre um grupo que se acha superior e o grupo atacado; terceiro, o potencial de dano, que vai desde ofensas e humilhações imediatas até o incentivo à violência a longo prazo; e, por fim, a sua dimensão velada (hate speech

in substance). Nessa última forma, o discurso de ódio aparece disfarçado como uma "defesa da moral", usando o medo coletivo para inventar um inimigo comum e justificar a exclusão social.

Ao aplicar essa discussão ao cenário político nacional, Schäfer, Leivas e Santos (2015) analisam o Inquérito nº 3.590 do Supremo Tribunal Federal (STF)² aberto contra o então parlamentar Marco Feliciano devido a postagens homofóbicas nas redes sociais. Embora o STF tenha reconhecido formalmente a presença do discurso de ódio e repudiar a conduta do deputado no plano moral, a denúncia foi rejeitada porque, na época, ainda não existia uma lei específica que criminalizasse a homofobia. Diante disso, os autores apontam que episódios como esse evidenciam como alguns agentes políticos utilizam o poder do cargo para espalhar pânico morais, criando um medo coletivo para estigmatizar a comunidade LGBTQIA+. O estudo conclui que tais manifestações extrapolam os limites do debate democrático, defendendo que a imunidade parlamentar não pode ser usada como escudo para violar o direito constitucional à dignidade e à não discriminação.

Conforme apontado por Meneguelli (2024), tais manifestações podem assumir a forma de atos performativos que visam desqualificar e humilhar mulheres na política. Nesse contexto, declarações proferidas por figuras públicas, como a do ex-presidente Jair Bolsonaro, evidenciam a dimensão simbólica e discursiva dessa violência, reforçando padrões de deslegitimação e exclusão.

Esse cenário se conecta a um histórico mais amplo de sub-representação feminina na política brasileira. Apesar de avanços institucionais, como a Constituição de 1988 e a implementação de cotas de candidatura, a presença de mulheres nos espaços de poder permanece limitada. Estudos como o de Andrade (2024) indicam que, embora as mulheres constituam a maioria do eleitorado, os cargos legislativos seguem majoritariamente ocupados por homens, evidenciando a persistência de uma lógica androcêntrica³ que estrutura a representação política.

² Em 2019, o STF mudou esse entendimento ao julgar a ADO 26, enquadrando a homofobia e a transfobia na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989), justamente para suprir a falta de lei específica que o texto de 2015 criticava.

³ No artigo *Dilma Rousseff: as eleições e a lógica androcêntrica na política brasileira*, os autores utilizam o conceito de lógica androcêntrica para descrever uma estrutura política historicamente organizada a partir de valores e referências masculinas, na qual os homens são vistos como o padrão de autoridade, liderança e competência. Nesse contexto, mulheres que ocupam cargos de

Assim, as dinâmicas contemporâneas de violência política de gênero, especialmente em ambientes digitais, podem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo de mecanismos que continuam a restringir a participação e a legitimidade das mulheres na política.

Cabe destacar que esta pesquisa não se restringe à análise de um único processo eleitoral específico, mas se insere em uma perspectiva mais ampla de investigação da violência política de gênero em momentos eleitorais e pós-eleitorais, em um contexto de digitalização da sociedade. Tal escolha justifica-se pela compreensão de que essas dinâmicas não se esgotam nos momentos formais de disputa eleitoral, estendendo-se para além deles e atravessando diferentes temporalidades da vida política. Nesse sentido, ao articular episódios ocorridos em distintos momentos, como os que envolvem Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann, bem como referências a processos anteriores, como o Impeachment de Dilma Rousseff, o estudo busca compreender a violência política de gênero como um fenômeno contínuo, relacional e estruturado, que se manifesta de forma intensificada em ambientes digitais e em períodos de maior visibilidade política, sem, contudo, limitar-se a eles.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2022), violência política é toda agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual praticada contra mulheres com o objetivo de impedir, dificultar ou restringir sua participação na política e o exercício de funções públicas. Essa violência pode atingir candidatas, mulheres eleitas, ocupantes de cargos públicos e lideranças políticas, buscando deslegitimar sua atuação ou pressioná-las a tomar decisões contra sua vontade. Ela se manifesta de diferentes formas, como interrupções constantes da fala, ameaças, difamação, assédio sexual, exclusão de recursos partidários, questionamentos sobre a capacidade da mulher para exercer cargos políticos e até agressões físicas.

poder enfrentam formas específicas de deslegitimação e julgamento, sendo frequentemente avaliadas por critérios distintos daqueles aplicados aos homens. A análise da trajetória política de Dilma Rousseff demonstra como essa lógica contribui para a reprodução de desigualdades de gênero e para a resistência à presença feminina nos espaços de decisão política (Castro; Caetano, 2018).

Nesse quadro, com base na reflexão de Biroli (2018) sobre a divisão sexual do trabalho político e nas formulações de Krook e Sanín (2020), é possível compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política a partir de duas dimensões inter-relacionadas: as barreiras de entrada e as barreiras de permanência. As primeiras referem-se aos obstáculos que limitam o ingresso das mulheres na vida política institucional, como a baixa inserção em instâncias decisórias partidárias, a distribuição desigual de recursos de campanha e a predominância de redes políticas masculinas. Já as barreiras de permanência dizem respeito aos mecanismos que dificultam a atuação e a consolidação das mulheres nos cargos que ocupam, incluindo a deslegitimação simbólica de suas agendas, a cobertura midiática enviesada e as manifestações de violência política que buscam forçar o seu recuo do espaço público.

Em síntese, trata-se de um conjunto de práticas que visam afastar ou limitar a presença feminina nos espaços de poder e decisão política (Brasil, 2022). Diante desse panorama, esta pesquisa parte do pressuposto de que a violência política de gênero, especialmente em sua dimensão digital, não constitui um fenômeno isolado, mas se insere em uma rede mais ampla de desigualdades estruturais que atravessam a política brasileira. Ao tomar como ponto de partida os casos de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann, busca-se analisar como essas dinâmicas se manifestam concretamente, evidenciando de que modo práticas de deslegitimação, assédio e violência simbólica podem impactar trajetórias políticas e reconfigurar formas de participação. Assim, o estudo pretende contribuir para a compreensão das relações entre gênero, política e comunicação em contextos contemporâneos, investigando como o enquadramento midiático dado a essas mulheres políticas pode tanto tensionar quanto reforçar padrões históricos de exclusão, abrindo caminhos para uma análise mais aprofundada dos limites e possibilidades da democracia em ambientes cada vez mais mediados por tecnologias.

1.2 A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NA ERA DO ALGORITMO

A violência política de gênero no ambiente digital não pode ser entendida como um fenômeno isolado, mas como expressão de estruturas históricas de desigualdade que articulam gênero, raça, classe e sexualidade. A partir de uma perspectiva interseccional, como propõe Carla Akotirene (2019), é possível compreender que diferentes marcadores sociais se sobrepõem, produzindo camadas de vulnerabilidade que atingem de forma mais intensa mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIAP+. Nesses casos, os ataques não se limitam às posições políticas, mas também deslegitimam identidades, trajetórias e lugares sociais. Como indicam Flávia Biroli (2016) e Sarah Sobieraj (2020), o silenciamento político não ocorre de maneira homogênea, sendo atravessado por desigualdades estruturais que definem quem pode falar, como pode falar e quais são os custos dessa participação. Assim, como também destaca Leonara de Araújo Alves (2020), diferentes mulheres vivenciam a violência de formas distintas, dependendo de suas posições sociais. Em contextos eleitorais, como apontam Veloso e Ferreira (2025), essas dinâmicas têm efeitos diretos sobre a participação política, influenciando desde o engajamento nas redes até a própria segurança das candidatas.

A compreensão das transformações políticas contemporâneas exige, primeiramente, situar a crise do modelo de "partido de cartel"⁴. Conforme a tese de Katz e Mair, as agremiações tradicionais sofreram um processo de distanciamento da sociedade civil, tornando-se apêndices do Estado e priorizando a própria sobrevivência institucional em detrimento da representatividade. É nesse vácuo de legitimidade, acentuado pelas desigualdades da globalização neoliberal, que emerge a gramática "antissistema". Como esclarece Nobre (2022), o antissistema não deve ser confundido com a "antipolítica" ou a negação do fazer político; trata-se, em última análise, de uma oposição frontal à forma como as instituições operam, buscando subverter a lógica estabelecida sem necessariamente abandonar a disputa pelo poder. Historicamente, o sistema político evolui em simbiose com os meios de comunicação dominantes. Se o

⁴ Na dissertação de Ludmila Costa (2006), o conceito de partido de cartel é usado para explicar uma transformação nos partidos políticos em que eles deixam de depender principalmente da sociedade e passam a se apoiar no Estado para sobreviver. A autora retoma a ideia de Katz e Mair para mostrar que, nesse modelo, os partidos tradicionais passam a compartilhar recursos públicos, financiamento e regras institucionais que garantem sua permanência no sistema político, funcionando quase como um "cartel" que dificulta a entrada de novos competidores. Com isso, os partidos se tornam mais profissionais e burocráticos, mas também mais distantes da base social, reduzindo a participação popular e fortalecendo acordos entre elites partidárias para manter o controle do sistema político.

"partido de massas" foi o pilar da sociedade industrial e o "partido de televisão" moldou o cenário pós-Guerra Fria, o partido digital (ou partido plataforma) surge como a tradução morfológica da era informacional. Esta nova organização não apenas utiliza a tecnologia, mas integra em sua formação a lógica operacional dos oligopólios de Big Data. Mimetizando empresas como Facebook e Amazon, essas agremiações adotam o modelo de startup: focam na coleta massiva de dados, tomam decisões baseadas em algoritmos e priorizam um crescimento acelerado e disruptivo.

Entretanto, Nobre (2022) introduz uma distinção analítica crucial entre o "partido plataforma" e o "partido digital". Enquanto o primeiro (exemplificado pelo Movimento 5 Estrelas na Itália) tende a uma rápida institucionalização e formalização, o segundo se caracteriza como um movimento de mobilização permanente. O "partido digital", no contexto do bolsonarismo e do trumpismo, opera por meio de uma estratégia de "hackeamento" ou "parasitismo" de legendas já existentes. Em vez de fundar uma nova agremiação rígida, esses movimentos utilizam estruturas partidárias tradicionais apenas como hospedeiros institucionais para ascender ao poder, mantendo a sua verdadeira força em um ecossistema de redes sociais e aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram.

Essa dinâmica altera profundamente a relação entre representante e representado. Sob a promessa de uma democracia direta e mais horizontal, o partido digital acaba por replicar a economia da atenção do capitalismo de plataforma. A política passa a ser processada em um ambiente de vigilância e análise comportamental, onde o objetivo não é apenas conquistar o voto, mas modular a subjetividade do eleitor. Assim, ao estabelecer relações que variam da simbiose conflituosa ao desejo explícito de desmantelamento das instituições, o partido digital desafia a "cartelização" clássica, mas impõe o risco de converter o cidadão em um usuário passivo de algoritmos de mobilização.

Assim, entende-se também que as plataformas digitais não são espaços neutros, mas atuam como mediadoras e amplificadoras desses processos. Elas favorecem a circulação e a intensificação de discursos violentos, criando inclusive um ambiente propício para ataques simbólicos e materiais contra mulheres na política (Sabbatini; Chagas, 2024). Esse processo acompanha a expansão da

conectividade no Brasil, evidenciada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) apontam que a internet alcançou 74,9 milhões de domicílios no país e consolidou a inclusão de 6,1 milhões de novos usuários em um intervalo de apenas dois anos (Brasil, 2025), reflete um cenário de intensa digitalização da sociedade. Esse fenômeno reconfigura as dinâmicas de interação social e projeta novos desafios para a esfera pública, especialmente no que tange à integridade dos espaços de disputa de poder. Nesse ecossistema hiperconectado, cabe destacar que esta pesquisa não se restringe à análise de um único processo eleitoral específico, mas se insere em uma perspectiva mais ampla de investigação da violência política de gênero em contextos eleitorais e pós-eleitorais, em um contexto de digitalização da sociedade onde a virtualização das relações frequentemente potencializa e perpetua práticas de hostilidade e silenciamento.

O panorama de insegurança institucional no cenário nacional é evidenciado por dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha, os quais apontam que o medo da violência política atinge cerca de seis a cada dez brasileiros, afetando de forma mais acentuada a população feminina, cuja taxa de temor chega a 65,5% (Muniz, 2026). Essa retração e receio no espaço público ganham contornos ainda mais complexos quando transpostos para o ambiente virtual. Entende-se, portanto, que as plataformas digitais não operam como espaços neutros, mas atuam como mediadoras e amplificadoras diretas desses processos de exclusão; ao favorecerem a circulação acelerada e a intensificação de discursos hostis, as redes estruturam um ambiente propício para ataques simbólicos e materiais contra mulheres na política (Sabbatini; Chagas, 2024), convertendo o ecossistema digital em um vetor de reprodução da violência contra as mulheres.

Nesse cenário, a polarização política contemporânea contribui para transformar divergências ideológicas em práticas sistemáticas de hostilidade (Piazza, 2024), nas quais o outro deixa de ser apenas adversário e passa a ser tratado como inimigo. No artigo publicado em 2024, a pesquisadora Adriana Escosteguy-Medronho mostra que a polarização no Brasil mudou de cara nos últimos trinta anos. Antigamente, entre 1994 e 2006, essa briga ficava mais guardada para a época das eleições e no ambiente dos partidos, principalmente

entre o PT e o PSDB. Hoje em dia, porém, o país vive uma "polarização social". Isso significa que a política virou parte da identidade das pessoas e entrou no dia a dia de forma permanente, um processo que ficou ainda mais forte com a chegada do bolsonarismo e a oposição ao PT. Segundo a autora (2024), o lado político de cada um passou a ser definido também por coisas como religião, classe social e valores morais, dividindo a sociedade de um jeito tão profundo que afeta as relações de família, as amizades e até o que as pessoas consomem.

Como argumentam Mou e Atkinson (2013), a violência política pode ser compreendida como uma forma extrema de conflito, na qual se rompe o limite da crítica legítima e se passa a buscar a desumanização e a deslegitimação do outro. Dessa forma, a violência não apenas desestimula novas candidaturas femininas, mas também condiciona a permanência das mulheres na política, produzindo um ciclo contínuo de exclusão e silenciamento (Sabbatini; Chagas, 2024).

No caso específico da violência política de gênero, há ainda um mecanismo que associa a presença feminina a uma constante vigilância e punição social. Kate Manne (2019) define esse processo como a lógica da misoginia: um sistema que, ao mesmo tempo em que naturaliza a ausência das mulheres no espaço público, penaliza aquelas que desafiam essa norma. Essa lógica se manifesta de forma muitas vezes sutil, por meio de ironias, piadas e "brincadeiras" que banalizam a violência e dificultam sua identificação e denúncia (Sabbatini; Chagas, 2024). A teoria da violência simbólica de Pierre Bourdieu (2002) contribui para elucidar esse processo ao mostrar que a dominação masculina se sustenta menos pela coerção física e mais pela internalização de valores e estruturas que naturalizam a desigualdade. No ambiente digital, essa violência simbólica se reproduz por meio de discursos aparentemente banais, que reforçam estereótipos de gênero e marginalizam a participação política das mulheres, perpetuando um imaginário coletivo que as posiciona como alvos legítimos. Nesta pesquisa, a abordagem da violência simbólica será realizada por meio da análise da construção do enquadramento midiático das imagens das mulheres pesquisadas.

Essa dinâmica torna o enfrentamento da violência mais complexo, pois ela se enraíza em práticas cotidianas muitas vezes invisibilizadas, mas com efeitos concretos no campo político. Além disso, a dimensão interseccional é central para

compreender como raça, classe e orientação sexual intensificam esses impactos (Sobieraj, 2020; Biroli, 2016). Mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+ enfrentam um conjunto ainda mais amplo de agressões, que atravessam não apenas suas ideias, mas suas próprias identidades. Como destacam Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2016), esses diferentes níveis de violência (física, psicológica, econômica e simbólica) formam um continuum que limita a construção de uma participação política efetivamente plural e democrática, especialmente na América Latina.

Dessa forma, a violência política de gênero no ambiente digital não se reduz a interações hostis pontuais, mas integra um sistema mais amplo de poder, no qual misoginia e violência simbólica operam de maneira articulada. Ao naturalizar a exclusão e legitimar ataques, esse sistema atualiza desigualdades históricas e transforma as plataformas digitais em arenas de disputa simbólica e material que condicionam a presença e a permanência das mulheres no espaço público.

O documento “Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais” (Sabbatini; Chagas; Miguel; Pereira, 2023), tem como objetivo analisar como a violência política de gênero se manifesta nas plataformas digitais, especialmente nas redes sociais, tendo como alvo mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil. A partir de dados coletados entre julho e dezembro de 2021, o estudo buscou compreender como discursos de ódio e desinformação se disseminam na internet, contribuindo para o debate sobre estratégias de enfrentamento desse tipo de violência e para o fortalecimento da presença feminina na política.

A análise mostra que a violência contra mulheres no ambiente digital é um fenômeno estrutural e complexo, atravessado por marcadores como gênero, raça, classe e orientação sexual, o que evidencia seu caráter interseccional e seu papel no aprofundamento das desigualdades sociais (Sabbatini et al., 2023). Essa violência se expressa por meio de ataques discursivos, ameaças, ofensas e tentativas de desqualificação, que reforçam estereótipos de gênero e contribuem para a naturalização da violência contra mulheres.

Por fim, o relatório também destaca as dificuldades para investigar e

monitorar esse tipo de violência, devido à falta de dados consistentes e de metodologias capazes de captar sua complexidade. Diante disso, aponta-se a necessidade de fortalecer a produção de dados e de desenvolver políticas públicas e ações institucionais mais eficazes no combate à violência contra as mulheres na política digital (Sabbatini et al., 2023).

Segundo Nobre (2022), ao analisar a internet e seus efeitos nas transformações sociais de longo prazo, é possível perceber que seus impactos mais significativos se concentram no campo político. O autor destaca o surgimento do chamado “ativismo analítico”, caracterizado por uma lógica de visibilidade pública que articula mídias digitais e tradicionais. Esse ativismo envolve práticas como curadoria, edição de conteúdo e expertise no uso de métricas das redes sociais, combinadas com a atuação dos meios de comunicação mainstream.

O autor aponta que o uso de ferramentas capazes de identificar de forma detalhada as preferências do público passou a integrar as estratégias de comunicação política. Nesse contexto, os chamados “clickbaits” são incorporados como recursos para atrair atenção e engajamento, reforçando uma lógica comunicacional orientada por dados e pela maximização da visibilidade. Em suas palavras:

O interessante é que, combinado com a lógica das analíticas e das métricas do mundo digital, esse desenvolvimento conduzirá a uma reestruturação da política que tende a sobrevalorizar e mesmo a conceder preferência ao hiper engajamento com consequências diretas sobre as dinâmicas institucionais, sobre a organização dos partidos, sobre as campanhas eleitorais e sobre os funcionamentos dos governos. (Nobre, 2022: p. 97 e 98)

Segundo o autor, o Brasil é um dos países que se destacaram na utilização de plataformas digitais de maneira geral, o que intensifica ressonância e magnitude no processo de ativismo político analítico. Pode-se inferir que o ativismo político tem efeitos sobre a violência política de gênero contra mulheres políticas, o que é um objeto de análise desta pesquisa. A comunicação política digital visa atingir públicos segmentados e, ao mesmo tempo em que se criam nichos políticos pró-feministas, outros ganham visibilidade justamente em públicos

afeitos a postagens agressivas ou cômicas em relação às mulheres. Nas palavras do autor:

[...] é preciso considerar que a sociabilidade digital impõe um desafio de grande magnitude para posições liberais clássicas, elas mesmas calcadas em uma analogia já precária entre competição de ideias em livre circulação na esfera pública - a despeito de como se qualifique este “livre” no caso de uma esfera pública controlada por oligopólios de comunicação. O princípio original diz que a livre circulação de ideias leva necessariamente à prevalência de um conjunto de princípios “os mais razoáveis”, já que resultantes de um controle público racional (...) Quando as instâncias de consagração da racionalidade nesse sentido liberal da expressão deixam de ter o monopólio do acesso à esfera pública, cai igualmente por terra essa premissa, por mais viciada que já fosse sem a fragmentação e a pluralização próprias do mundo digital. (Nobre, 2022, p. 89).

Observando ainda a arquitetura das plataformas (Nobre, 2022), pode-se afirmar que se as redes pareceram, em um primeiro momento, se contraporem ao oligopólio de informação e de formação de opinião das mídias tradicionais, hoje já está claro o processo de concentração econômica e de poder das mesmas, tornando central o tema e a discussão sobre a regulamentação dessas plataformas.

Apesar das mulheres brasileiras apresentarem, nas últimas décadas, níveis de escolarização superiores aos dos homens, esse avanço não se converte automaticamente em maior acesso a posições de poder político, econômico ou institucional. Para Biroli (2016), esse cenário revela um paradoxo importante: a desigualdade de gênero não pode ser explicada apenas pela falta de qualificação individual, mas deve ser entendida como um fenômeno estrutural, sustentado por relações históricas de dominação e por construções simbólicas que naturalizam a exclusão das mulheres.

A degradação do debate público na sociedade contemporânea está diretamente relacionada ao funcionamento das plataformas digitais, que acabam contribuindo para o enfraquecimento das democracias. De acordo com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), a manutenção de uma democracia não depende apenas das leis, mas também de duas normas fundamentais: a tolerância mútua, isto é, reconhecer o adversário político como legítimo, e a reserva institucional,

que significa não utilizar o poder das instituições para eliminar a oposição. No entanto, nas redes sociais, essa lógica é enfraquecida, pois os algoritmos priorizam conteúdos que geram indignação e conflito. Assim, o adversário político passa a ser visto como um inimigo que deve ser combatido ou excluído, dificultando a convivência democrática.

Além disso, a expansão das redes sociais transformou a maneira como os conflitos políticos acontecem. O ambiente digital deixou de ser apenas um espaço de troca de ideias e passou a funcionar como um local de disputas marcadas pela exclusão e pela polarização. Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, que exerciam certo controle sobre discursos extremistas, as redes sociais permitem que líderes populistas falem diretamente ao público e ataquem instituições democráticas ou grupos minoritários sem mediação. Como consequência, discursos de ódio e intolerância circulam com maior facilidade, tratando opiniões divergentes como ameaças. Isso favorece a criação de “bolhas” ideológicas, reforçada pelo sistema de recomendação algorítmica, nas quais os indivíduos convivem apenas com ideias semelhantes às suas, o que contribui para a normalização de práticas antidemocráticas em nome da liberdade de expressão (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Nesse cenário, a violência política de gênero e o silenciamento de vozes dissidentes nas redes sociais representam exemplos concretos do enfraquecimento das normas democráticas informais apontado pelos autores. Quando plataformas digitais são usadas para atacar, deslegitimar ou distorcer a trajetória de mulheres na política, o objetivo passa a ser negar a legitimidade de sua presença no espaço público. Dessa forma, a hostilidade sistemática promovida nas redes contribui para o desgaste das democracias, pois a política deixa de ser uma disputa de ideias entre adversários e passa a assumir a lógica de uma guerra simbólica, na qual eliminar o oponente se torna mais importante do que o diálogo democrático (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A maior presença feminina no ensino superior e na pós-graduação não é suficiente para romper as barreiras impostas pelas hierarquias de gênero, que continuam atuando tanto no mercado de trabalho quanto na política. Esses espaços ainda são organizados a partir de padrões masculinos de poder, que

frequentemente deslegitimam as competências das mulheres e dificultam sua ascensão. Além disso, a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a maior parte das responsabilidades com o cuidado da casa, dos filhos e da família, reduz o tempo e os recursos disponíveis para a construção de redes de influência e para a participação em espaços de decisão (Biroli, 2016).

Biroli (2016) destaca que essas desigualdades não são resquícios do passado, mas estruturas ativas que continuam moldando a própria democracia brasileira. Historicamente, a participação política no país foi limitada e marcada por relações hierárquicas que naturalizaram a subordinação das mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos racializados e periféricos. Dessa forma, a ideia de cidadania universal, central ao discurso democrático, mostra-se insuficiente, pois ignora como gênero, raça e classe condicionam o acesso real a direitos e ao poder político.

Como consequência, as experiências das mulheres são frequentemente invisibilizadas, e sua presença em espaços de decisão ainda é tratada como exceção, o que reforça a noção de uma democracia “incompleta” (Biroli, 2016). Para além da sub-representação formal, Biroli chama atenção para o peso da divisão sexual do trabalho, que concentra nas mulheres a responsabilidade pela reprodução social. Essa dinâmica não apenas limita sua participação política, mas também sustenta um imaginário que considera a atuação pública feminina como secundária ou até mesmo ilegítima.

Esse cenário torna-se ainda mais complexo quando observado a partir de uma perspectiva interseccional. Mulheres negras, indígenas, quilombolas e periféricas enfrentam obstáculos adicionais, decorrentes do racismo estrutural e das desigualdades socioeconômicas, o que aprofunda a distância entre os ideais democráticos e a realidade concreta de acesso a direitos e à representação política. Assim, as hierarquias de gênero, articuladas a outros sistemas de opressão, evidenciam que a democracia brasileira opera dentro de limites que dificultam a construção de uma cidadania efetivamente plena e inclusiva.

Outro aspecto destacado por Biroli (2016) diz respeito à dimensão simbólica da exclusão. Mesmo quando alcançam posições de destaque acadêmico ou profissional, as mulheres frequentemente têm suas competências

questionadas ou são submetidas a níveis mais rigorosos de avaliação em comparação aos homens. Esse processo de deslegitimação reforça a ideia de que o espaço público e os cargos de poder pertencem, “naturalmente”, ao universo masculino, fazendo com que as trajetórias femininas sejam tratadas como exceções, toleradas, mas não plenamente reconhecidas.

Nesse contexto, a democracia brasileira pode ser compreendida como “incompleta” (Biroli, 2016), uma vez que a igualdade formal de direitos não garante, por si só, condições reais de participação política. A presença de mulheres nos espaços de poder, quando ocorre, tende a ser interpretada como concessão, o que sustenta práticas de deslegitimação tanto nas instituições quanto nos espaços públicos de debate. Essa combinação de fatores aponta para a necessidade de políticas públicas mais robustas, capazes de enfrentar não apenas as formas explícitas de violência, mas também suas dimensões estruturais e simbólicas.

Os processos de digitalização da vida cotidiana intensificam ainda mais essas dinâmicas. A Sociologia Digital, como campo emergente, busca compreender de que forma as tecnologias reconfiguram as relações sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, Miskolci e Balieiro (2018) afirmam que, embora os ambientes digitais ampliem as possibilidades de expressão e engajamento político, eles também reproduzem desigualdades históricas de gênero, raça e classe.

Essa ambivalência torna-se evidente em episódios recentes, como nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, quando candidatas foram sistematicamente alvo de ataques misóginos, racistas e LGBTQIAP+fóbicos nas redes sociais. De acordo com levantamento da InternetLab (2022), esse cenário levou muitas mulheres à autocensura, reduzindo sua presença online como forma de proteger sua integridade emocional e física, o que evidencia como a violência digital impacta diretamente a participação política feminina.

Essas práticas de violência digital reforçam a lógica de exclusão já presente nas estruturas políticas tradicionais. Como argumenta Biroli (2016), a participação política das mulheres não é limitada apenas por barreiras formais, mas também por mecanismos simbólicos que deslegitimam suas vozes. Nesse

cenário, a arena digital se torna, simultaneamente, um espaço de visibilidade (onde surgem campanhas como #EleNão e mobilizações feministas antirracistas⁵) e um espaço de vulnerabilidade, no qual a violência simbólica e material se reconfigura em novas formas de intimidação. Essa tensão evidencia a necessidade de compreender as plataformas digitais como arenas políticas, onde desigualdades históricas são não apenas reproduzidas, mas também amplificadas pelas dinâmicas algorítmicas e pela lógica de engajamento das redes sociais.

No campo político, isso se manifesta na amplificação da violência política de gênero, fenômeno que, como destacam Biroli e Miguel (2015), atua como um obstáculo central para a participação efetiva das mulheres na esfera pública, tanto nos espaços institucionais quanto nos digitais. Além disso, a precarização das interações digitais expõe um paradoxo: ao mesmo tempo em que esses espaços ampliam o alcance das vozes marginalizadas, também intensificam a vulnerabilidade desses sujeitos a ataques, discursos de ódio e à deslegitimação sistemática de suas reivindicações. Nesse sentido, a violência política de gênero, amplificada pelos ambientes digitais, não é apenas uma extensão da desigualdade estrutural presente na esfera pública tradicional, mas uma reconfiguração dessa desigualdade em novas formas de silenciamento e exclusão simbólica (Biroli; Miguel, 2015).

A entrada na era digital provocou transformações significativas nos sistemas democráticos contemporâneos, colocando em xeque suas formas tradicionais de representação e participação. Segundo Kritsch, Silva e Teixeira (2024), o avanço das tecnologias digitais ampliou o acesso à informação e

⁵ A campanha #EleNão aconteceu em 2018, durante o período das eleições presidenciais no Brasil, quando uma grande parte das redes sociais começou a se mobilizar contra o então candidato Jair Bolsonaro, principalmente após falas e posicionamentos dele que foram considerados ofensivos por muitos grupos, especialmente mulheres. A hashtag começou a ser usada no Twitter e no Instagram como uma forma simples de expressão de rejeição (“ele não”), mas rapidamente se espalhou e virou um movimento muito maior do que apenas uma frase na internet. Em poucos dias, diferentes grupos (especialmente mulheres, mas também pessoas negras, LGBTQIA+ e apoiadores de direitos humanos) começaram a organizar protestos presenciais em várias cidades do Brasil, transformando a mobilização digital em manifestações de rua. Nessas manifestações, eram levantadas pautas como combate à violência contra a mulher, igualdade de direitos, enfrentamento do racismo e defesa da democracia. Esse tipo de articulação já vinha sendo construído por movimentos sociais há anos, como a Marcha das Mulheres Negras, que fortalece a luta contra o racismo e o sexismo de forma conjunta. Assim, o #EleNão foi um momento em que insatisfações que já existiam na sociedade se uniram, ganharam visibilidade nas redes sociais e se transformaram rapidamente em uma grande mobilização nacional.

possibilitou maior democratização na produção de conteúdos, abrindo novas formas de engajamento político.

Entretanto, esse mesmo processo também favoreceu a criação de circuitos comunicacionais fechados, chamados de “ilhas de comunicação”, que fortalecem as chamadas câmaras de eco. Nesses espaços, os indivíduos tendem a interagir apenas com opiniões semelhantes às suas, o que dificulta o diálogo entre diferentes perspectivas e enfraquece a deliberação coletiva (Kritsch; Silva; Teixeira, 2024).

O artigo de Richard Miskolci e Fernando Balieiro (2018) traça uma cronologia provisória da formação da Sociologia Digital no Brasil, caracterizando-a como um campo recente e em consolidação. Os autores contextualizam a emergência dessa área diante da transição de uma sociedade de relações predominantemente face a face para uma era em que as interações mediadas por tecnologias em rede tornaram-se hegemônicas no cotidiano, moldando a própria estrutura das relações sociais. Por meio de um levantamento preliminar e qualitativo de publicações em periódicos nacionais e anais de congressos (como ANPOCS e SBS) desde 2003, o texto reconstrói a trajetória dos estudos sobre internet e mídias digitais no país. Evidencia-se que o campo migrou de abordagens mais amplas e focadas nos impactos macroeconômicos da "Sociedade da Informação" (fortemente influenciadas por Manuel Castells) para investigações empíricas mais específicas e sofisticadas de plataformas, além de demonstrar como a disciplina passou a superar a dicotomia entre o "real" e o "virtual" ao reconhecer a existência de um contínuo online-offline.

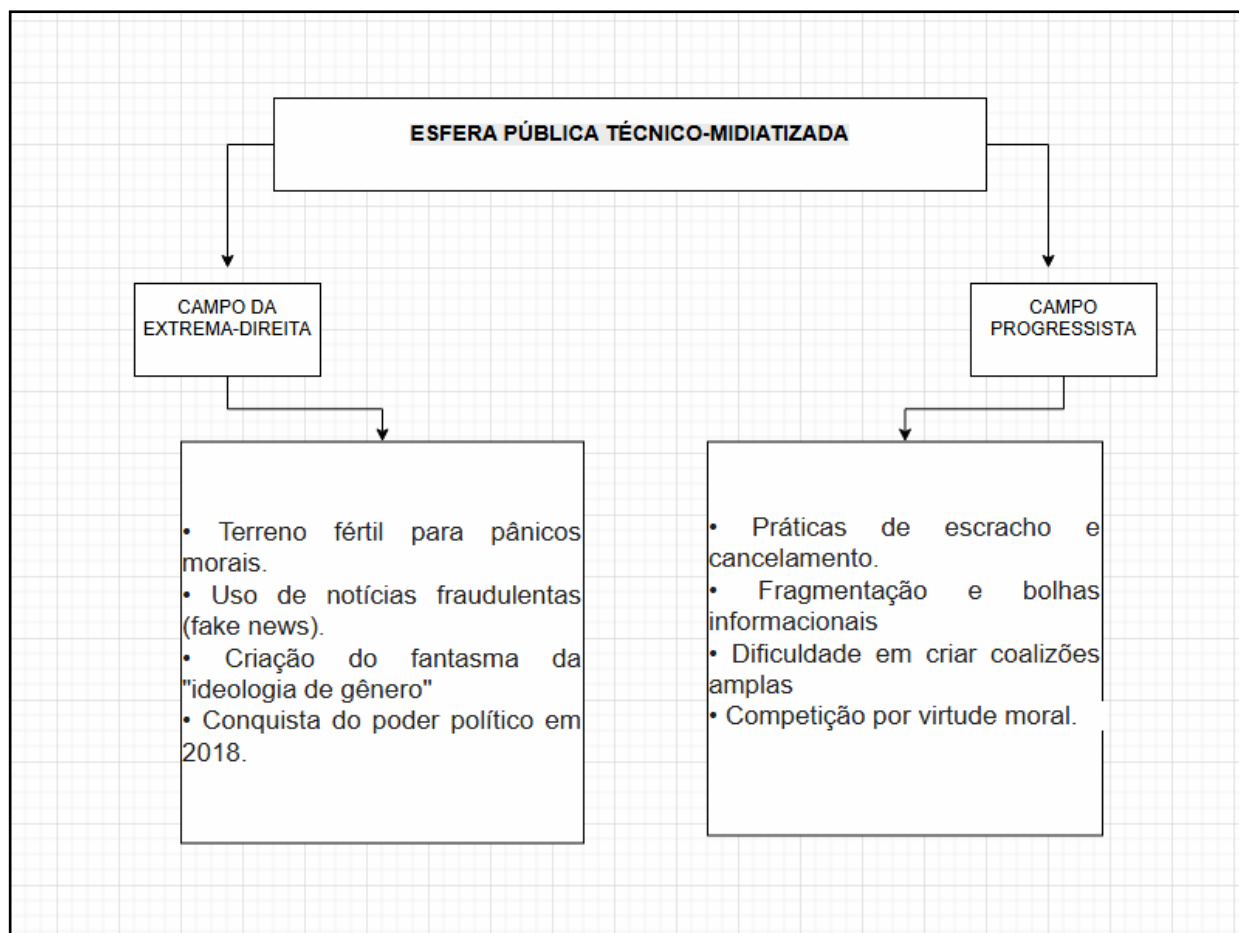
É justamente no escopo dessas investigações empíricas e sofisticadas sobre as plataformas que se inserem análises como a de Sérgio Ferreira (2018). O autor discute as câmaras de eco como estruturas epistêmicas sociais sociotécnicas, alimentadas tanto pela tendência humana à homofobia e ao viés de confirmação quanto pelos "algoritmos de relevância pública" das mídias digitais. Diferenciando-se das bolhas epistêmicas, onde a falta de pluralidade ocorre por mera omissão accidental de visões contrárias, as câmaras de eco operam por meio da exclusão ativa e do descrédito sistemático de vozes dissidentes, gerando um ambiente de desconfiança generalizada em relação a qualquer fonte externa.

Essa dinâmica fratura a dimensão agonística e o princípio de publicidade da esfera pública política contemporânea, uma vez que a curadoria algorítmica e a modulação comportamental confinam os indivíduos em circuitos semanticamente fechados. Como consequência, destrói-se o terreno comum necessário para o debate deliberativo racional e para a busca compartilhada de informações, inviabilizando o potencial democrático das redes sociais e impulsionando fenômenos severos de polarização e desinformação.

Kristsch, Silva e Teixeira (2024) dialogam com a perspectiva do filósofo Jürgen Habermas, que enfatiza a importância de uma esfera pública aberta, inclusiva e orientada pelo debate racional para o bom funcionamento da democracia deliberativa. No entanto, consideram que na era digital, essa esfera pública encontra-se fragmentada, uma vez que os meios digitais operam frequentemente com base em lógicas de segmentação de interesses e maximização de engajamento, o que compromete a formação de uma opinião pública crítica e fundamentada

A esfera pública técnico-midiatizada, conforme o referencial teórico de Miskolci (2021) sobre a construção de subjetividades em redes digitais, é a nova dimensão de debate e formação da opinião pública no Brasil que ganhou centralidade a partir de 2013, caracterizando-se pela transição do debate baseado em razões e fatos para um ambiente moldado pelas emoções, opiniões e valores. Estruturada pelo contínuo *on-line-off-line* e pela hegemonia de plataformas comerciais, essa esfera opera sob uma lógica automatizada por algoritmos que definem a relevância dos conteúdos por meio de métricas de engajamento, servindo a interesses mercadológicos de exploração e venda de dados massivos de navegação. Sua arquitetura técnica estimula o individualismo neoliberal e o "empreendedorismo de si", impulsionando os usuários a agirem a partir de uma identidade-perfil focada na busca por reconhecimento midiático e protagonismo. Como consequência, esse ecossistema promove o empobrecimento do debate político ao favorecer polarizações moralizantes, simplificações viralizáveis e a proliferação de notícias fraudulentas e pânico morais, ao mesmo tempo em que estimula uma postura anti-institucional de recusa aos mediadores sociais tradicionais, cujos procedimentos racionais de checagem de evidências são invalidados em favor da ação direta e do princípio da pós-verdade.

MAPA CONCEITUAL 1 - DINÂMICAS COMPORTAMENTAIS DOS CAMPOS POLÍTICOS NA ESFERA PÚBLICA TÉCNICO-MIDIATIZADA



Fonte: autoria própria, a partir da obra *Batalhas Morais: Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Midiatizada* (Miskolci, 2021).

No livro *Batalhas Morais: Política Identitária na Esfera Pública Técnico-Midiatizada* (2021), Richard Miskolci analisa como a reconfiguração do ambiente informacional, mediado pelas plataformas digitais, pela economia da atenção e por algoritmos de recomendação, transformou a esfera pública contemporânea. Longe de atuar como um espaço neutro de deliberação racional e democrática, essa esfera técnico-midiatizada passou a favorecer a mobilização de afetos, o engajamento pautado pela indignação e o policiamento moral contínuo.

Dentro dessa estrutura digital, o mapa conceitual expõe como os diferentes espectros políticos moldam e operam suas dinâmicas comportamentais. No campo da extrema-direita, o ecossistema técnico-midiatizado funciona como um terreno fértil para a deflagração de pânicos morais, articulados pela disseminação

sistemática de notícias fraudulentas (*fake news*). Um dos eixos centrais dessa atuação é a fabricação do fantasma da "ideologia de gênero", utilizado como uma cartilha discursiva para canalizar ressentimentos sociais e deslegitimar pautas de igualdade de direitos. Conforme demonstra Marina Lacerda na obra *O Neoconservadorismo Brasileiro: Padrões de Dominação e Afronta aos Direitos* (2019), o neoconservadorismo no Brasil se consolidou justamente a partir da convergência entre a pauta moral-religiosa, o neoliberalismo econômico e o punitivismo. A convocação do pânico moral sobre a família e a sexualidade serviu como a liga ideológica que unificou esses diferentes setores, encontrando nas redes digitais a ferramenta ideal para a conversão desse alarde em força eleitoral, o que culminou na conquista do poder político nas eleições de 2018.

Por outro lado, o mapa conceitual também explicita as fragilidades e as contradições do campo progressista ao atuar sob as mesmas regras da arquitetura digital. Influenciado pelas métricas das plataformas, esse segmento passa a reproduzir táticas de linchamento virtual, escracho e "cancelamento", voltando-se frequentemente para disputas internas de sinalização de virtude e pureza discursiva. Essa dinâmica resulta na fragmentação do campo em bolhas informacionais e no isolamento identitário, o que impõe severas dificuldades para a construção de coalizões amplas e diálogos com setores mais abrangentes da sociedade civil. Assim, a esfera técnico-midiatizada acaba por reconfigurar ambos os polos políticos: enquanto a extrema-direita instrumentaliza a indignação para expandir sua base por meio de pânicos morais, o campo progressista arrisca insular-se em disputas de capital simbólico e vigilância moral intra-grupo.

O mapa conceitual, portanto, funciona como um espelho da nossa realidade política, mostrando como as redes sociais mudaram as regras do jogo e dividiram o debate no Brasil em dois lados que estão presos na mesma armadilha digital. De um lado, o campo da extrema-direita percebeu que conteúdos que geram medo e indignação se espalham muito mais rápido por causa dos algoritmos. Por isso, esse grupo passou a usar notícias falsas e a inventar pânicos morais, como o fantasma da "ideologia de gênero", para assustar a população e conseguir apoio, uma estratégia que deu muito certo e resultou na conquista do poder político nas eleições de 2018. Do outro lado, o campo progressista acabou caindo na armadilha do "tribunal da internet", onde as pessoas buscam curtidas e aprovação tentando mostrar que são mais certas ou mais puras que as outras. Isso alimenta a cultura do

cancelamento, do escracho e uma constante competição por virtude moral que, no fim das contas, divide o próprio grupo em bolhas isoladas e cria uma enorme dificuldade para unir forças e construir alianças mais amplas. Em resumo, o seu esquema deixa claro que as redes sociais transformaram a política em uma grande disputa moralizada, onde um lado ataca usando o medo e o outro se enfraquece julgando e cancelando os seus próprios aliados.

Dessa forma, embora as redes sociais ampliem as possibilidades de participação política, elas também contribuem para o aprofundamento da polarização e para a disseminação de discursos de ódio, o que representa um desafio importante para a qualidade e a integridade do debate democrático.

Por fim, um aspecto a ser considerado é a vulnerabilidade do sistema democrático frente às informações falsas e à manipulação de opiniões por algoritmos especializados. As pesquisas indicam que a exposição a notícias ideologicamente carregadas, muitas vezes por meio de plataformas que permitam a customização dos conteúdos, reforça a polarização e compromete a confiança no sistema político. Estes fatores evidenciam a complexidade de se governar em um ambiente digital marcado por fluxos de informações descontrolados e pela emergência de formas de violência virtual que ameaçam a integridade do debate democrático. Assim, a era digital apresenta, portanto, uma dualidade: por um lado, potencializa a democratização do acesso à informação e à participação cidadã; por outro, impõe desafios que ameaçam os princípios do debate racional, da representação legítima e da soberania popular, exigindo, assim, novas reflexões e estratégias de fortalecimento das instituições democráticas frente às inovações tecnológicas.

Considerando esse referencial teórico, pretende-se partir para uma análise dos enquadramentos midiáticos dado a essas mulheres ao longo de suas vidas públicas, observando criticamente como a percepção pública sobre elas se moldam por meio das lógicas de visibilidade, afeto e engajamento. Assim, a análise sociológica dos fenômenos digitais exige não apenas a observação empírica das dinâmicas nas redes, mas também a inserção no enquadramento teórico-metodológico que permita compreender como esses sentidos sociais são produzidos, disputados e amplificados pelas plataformas digitais.

CAPÍTULO 2 - TEORIA DO ENQUADRAMENTO: UMA ABORDAGEM PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES

2.1 TEORIA DO ENQUADRAMENTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Ao incorporar a teoria do enquadramento (framing), esta pesquisa busca entender como certos temas, discursos e pessoas são caracterizados, sobretudo pelas mídias. Os estudos de enquadramento abordam como os sentidos e interpretações são construídos, negociados e disputados na sociedade atual. Em um primeiro momento, os estudos de enquadramento midiático estavam devotados ao estudo do jornalismo e da construção das notícias, os quadros noticiosos. Neste contexto, enquadramento não funciona apenas como um filtro técnico ou uma escolha editorial que decide o que aparece ou não. Ele atua diretamente na forma como a realidade é apresentada e compreendida socialmente. Ou seja, não define apenas “sobre o que pensar”, como aponta a teoria do agendamento, mas também “como pensar” determinados assuntos e atores sociais.

Os estudos de enquadramento tiveram diferentes desenvolvimentos, analisando o estabelecimento de enquadramentos jornalísticos, seus efeitos na sociedade, além da disputa de enquadramentos entre mídia, movimentos sociais e Estado. Há, recentemente, uma renovação da teoria do enquadramento que busca analisar como há novas dinâmicas de construção do enquadramento em um contexto marcado pela presença de diversos tipos de mídia e de emissores midiáticos (Balieiro, 2026).

É importante observar que, diferente da teoria do enquadramento para quadros noticiosos, nesta pesquisa, a teoria será utilizada para pesquisas em diferentes fontes documentais. Depois de identificar os perpetradores e seus enquadramentos dados às mulheres políticas, essa pesquisa pretende observar como se dão as construções das violências verbais ou físicas e as construções subalternizadas de mulheres. Na perspectiva do enquadramento midiático de

mulheres políticas, essa pesquisa se propõe a uma angulação singular sobre esse fenômeno.

Nas redes digitais, onde a busca por visibilidade está ligada a relações de poder e aos algoritmos de engajamento, esses enquadramentos se tornam ainda mais complexos e disputados. Neste estudo, a análise se concentra nos sentidos produzidos pelo enquadramento midiático da “mulher enquanto política”. A pesquisa investiga como as mídias e plataformas digitais constroem representações marcadas por estereótipos de gênero, muitas vezes associando mulheres à domesticidade, à passividade ou à ideia de inadequação aos espaços de poder, historicamente vistos como masculinos.

Esses discursos não ficam apenas no campo simbólico, mas geram efeitos concretos e estruturais. Ao analisar a “mulher enquanto política”, a pesquisa procura revelar como certos enquadramentos ajudam a reforçar, naturalizar ou legitimar a violência política de gênero. Quando a mídia dá mais atenção à vida privada, à aparência física ou às emoções das candidatas e parlamentares, em vez de destacar sua competência técnica e propostas políticas, ela contribui para deslegitimar essas mulheres. Como consequência, cria-se um ambiente hostil que desumaniza a atuação política feminina e favorece práticas de violência e silenciamento que buscam afastar mulheres dos espaços de poder e decisão.

A pesquisa insere-se no campo da Sociologia Digital que investiga as interações sociais, as estruturas e os processos culturais mediados pelas tecnologias digitais e pela internet. Trata-se de um campo fundamental para compreender a sociedade contemporânea, cada vez mais conectada e moldada pelo ambiente digital, na medida em que oferece ferramentas teóricas e empíricas para analisar como essas tecnologias não apenas influenciam, mas também são influenciadas pelas práticas sociais.

Nesse contexto, a Sociologia Digital torna-se essencial para a análise das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais em curso. Ao examinar as dinâmicas mediadas por canais e plataformas digitais, o campo abrange questões como a formação de identidades online, a construção de comunidades virtuais, a

circulação de informações e desinformações, a organização de movimentos sociais e as novas formas de participação política.

Dentro dessa linha, esta pesquisa dedica-se a compreender o enquadramento dado às mulheres políticas nas mídias digitais e, neste sentido, abordar os aspectos simbólicos que subjazem à violência política de gênero.

O objetivo desta análise reside na aplicação da teoria do enquadramento para examinar a representação midiática de lideranças femininas na esfera pública brasileira. Em particular, na cobertura midiática de Manuela D'Ávila e da ex-deputada Joice Hasselmann por diferentes grupos. O objetivo é observar a dinâmica das interações, incidência ou repetição de adjetivações e narrativas em meio à representação pública e midiática dessas mulheres políticas.

A teoria do enquadramento é crucial no estudo, pois permite analisar como a mídia seleciona certos aspectos da realidade e os torna mais salientes, definindo problemas, atribuindo causalidades, induções, oferecendo avaliações morais e sugerindo soluções. No caso das lideranças femininas, o enquadramento midiático pode influenciar significativamente a percepção pública sobre suas trajetórias, competências e legitimidade política. A escolha de adjetivos, a maneira como são descritas suas ações e discursos, e a forma como são contextualizadas suas posições podem reforçar estereótipos de gênero ou, ao contrário, desafiá-los. Ao comparar a cobertura de figuras como Manuela D'Ávila, associada a ideologias de esquerda, e Joice Hasselmann, que também enfrentou intenso escrutínio público, é possível identificar padrões de enquadramento que revelam muito sobre a cultura política e midiática do Brasil ao abordar mulheres políticas. Esta análise permite entender como o enquadramento dado a essas mulheres amplificam ou distorcem narrativas que deslegitimam essas mulheres no espaço público, e como o público interage com essas representações, influenciando o debate público sobre gênero, política e poder em um contexto digital.

O sociólogo Erving Goffman (1974) inaugurou, por meio da publicação do livre *Frame Analysis: An Essay on the Organization Of Experience*, o conceito de quadros (frames), para rotular esquemas de interpretação que permitam “localizar, perceber, identificar e rotular” ocorrências ou eventos. Robert Entman (1993), por

sua vez, evoluiu o conceito para uma metodologia científica, aplicando à análise das mídias de massa, utilizando o conceito como referencial para entender como os meios de comunicação – impressos ou não - apresentam informações sobre a realidade. Nesses termos, esta pesquisa buscará entender de que modo se constrói enquadramentos sobre as mulheres na política, partindo de dois casos emblemáticos da política brasileira recente marcada pela violência política de gênero. Também é observável o caráter de intermediação da sociabilidade promovido pelas novas plataformas digitais:

Dado o amplo uso de tais apps pela imensa maioria dos proprietários de computadores, celulares e outros aparelhos digitais, não nos parece excessivo afirmar que esses aplicativos constituem hoje verdadeiras plataformas de intermediação da sociabilidade nas quais a cartografia completa do terreno é propriedade de poucas e grandes corporações privadas (...). (SILVA, KRITSCH, TEIXEIRA, 2024)

Em perspectiva sociológica, a teoria do enquadramento será combinada de diferentes estratégias de delineamento do plano metodológico. Partindo da pesquisa documental em materiais que tratam do tema envolvendo as lideranças pesquisadas e fazendo análise qualitativa sobre os quadros midiáticos, que possam oferecer maior detalhamento, apresentando ainda a semelhança entre os casos de violência política de gênero contra Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann .

A utilização da metodologia do enquadramento nesta pesquisa busca compreender como foram construídas narrativas midiáticas que contribuíram para a violência simbólica direcionada à Joice Hasselmann e à na política. Mais do que apenas descrever conteúdos, a proposta é analisar de que forma determinados enquadramentos produziram sentidos sobre essas mulheres enquanto figuras políticas, reforçando representações marcadas por gênero e deslegitimação.

Conforme aponta Marais (2012), o enquadramento não deve ser entendido como um processo linear de transmissão de informações, mas como uma dinâmica de produção de sentidos. No ambiente digital, esses enquadramentos circulam de maneira intensa e são constantemente reproduzidos, reinterpretados e amplificados pelos diferentes atores da esfera pública técnico-midiatizada.

Nesse contexto, a pesquisa parte da compreensão de que os atores presentes nos ambientes informacionais não atuam apenas como transmissores de

opiniões, mas como agentes que ajudam a consolidar determinadas interpretações sobre a realidade política e seus atores. Assim, interessa observar como os enquadramentos midiáticos direcionados a Joice Hasselmann e contribuíram para construir imagens associadas à inadequação, fragilidade ou deslegitimação de suas atuações políticas, produzindo efeitos concretos sobre suas trajetórias públicas.

A reflexão de Balieiro (2026) sobre os estudos de enquadramento no ambiente digital e os conflitos políticos contemporâneos contribui para compreender como essas dinâmicas comunicacionais operam na consolidação de narrativas que afetam diretamente a permanência e a legitimidade das mulheres nos espaços de poder.

Os estudos de enquadramento, portanto, demarcam o caráter simbólico e comunicacional dos conflitos políticos contemporâneos, salientando a importância da análise das relações mediadas nas disputas políticas e atento às disputas entre grupos de interesse, seus recursos e capacidade de impor sua definição da realidade. Em um mundo crescentemente digitalizado e midiático, o diálogo com a Sociologia Digital abre novos campos de investigação sobre as disputas de enquadramento e suas reconfigurações. (Balieiro, 2026, s/p)

A partir da sociologia digital, considerando as disputas de enquadramento e suas reconfigurações, será realizado um exame crítico das narrativas e linguagens utilizadas em comunicações de contextos midiáticos para identificar padrões de violência simbólica e discursiva contra e Joyce, utilizando ainda do expediente de fontes-chave para localizar fenômenos de ampla repercussão pública e de observação acadêmica, como sabatinas e debates eleitorais.

Serão concentrados esforços, ainda, para observação e identificação de episódios de ampla repercussão, considerando os contextos sociopolíticos e as repercussões práticas na vida das mulheres políticas Joice Hasselmann e Manuela D'Ávila. A perspectiva teórica de enquadramento será capaz de fornecer uma análise da realidade a partir de um recorte do objeto dentro de um fluxo de informação no ambiente digital e suas apresentações midiáticas, por meio de análise de conteúdos qualitativos. A análise qualitativa do enquadramento, estará, portanto, centrada no enquadramento do processo de construção da violência política, por meio de incursões longitudinais que buscam identificar como a imagem das mulheres políticas é construída a partir da violência simbólica e como essas violências se nutrem de um estoque compartilhado de significados sociais e são

sustentadas ao longo do tempo. Antes da análise empírica das fontes analisadas, voltaremos às trajetórias das políticas analisadas, destacando aspectos explícitos de violência política de gênero que sofreram.

2.1.1 COMO OS COMENTÁRIOS SEXISTAS E A INTIMIDAÇÃO ONLINE MOLDARAM A TRAJETÓRIA ELEITORAL DE Manuela D'Ávila

Manuela D'Ávila é uma jornalista, escritora e cientista política brasileira que se destacou como uma das principais lideranças da esquerda contemporânea no país. Nascida em Porto Alegre em 1981, iniciou sua trajetória no movimento estudantil e ganhou projeção nacional pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sua carreira institucional é marcada por recordes de votação: em 2004, tornou-se a vereadora mais jovem da história de sua cidade natal e, nos anos seguintes, foi eleita e reeleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul, alcançando a maior votação do estado em ambas as ocasiões. Posteriormente, exerceu o mandato de deputada estadual e, em 2018, atingiu o ápice de sua visibilidade nacional ao concorrer como candidata a vice-presidente da República na chapa liderada por Fernando Haddad, que disputou o segundo turno daquelas eleições.

Nos últimos anos, optou por se afastar das disputas por cargos eletivos para concentrar seus esforços na sociedade civil, na academia e no debate público digital. Diante dos intensos ataques de desinformação que sofreu ao longo de sua vida pública, fundou o instituto "E Se Fosse Você?", uma organização voltada ao combate às *fake news* e às redes de ódio na internet. Dedicando-se fortemente à escrita e à pesquisa, publicou livros focados em feminismo, política e nos impactos das redes sociais na democracia, além de ter concluído seu doutorado em Políticas Públicas, consolidando sua atuação como intelectual dedicada aos direitos humanos e à comunicação solidária.

Será feita a análise preliminar da campanha de Manuela D'Ávila à prefeitura de Porto Alegre em 2020, tomando-a como um estudo de caso emblemático da violência política de gênero no Brasil. Os ataques dirigidos à candidata ultrapassaram os limites da crítica política legítima e se configuraram como uma estratégia coordenada e sistemática de deslegitimação, sustentada por uma cultura

misógina e patriarcal. A pesquisa identifica diferentes formas de agressão, como a disseminação contínua de *fake news*, o uso da vida privada como instrumento político por adversários e a propagação de ameaças digitais que chegaram a atingir sua família. Observa-se ainda que essa violência se intensificou conforme o crescimento de sua candidatura nas pesquisas, evidenciando o uso do machismo como ferramenta para conter a ascensão de mulheres em espaços de poder. Esses ataques tiveram impactos significativos em sua saúde mental e física, levantando questionamentos sobre as condições de permanência das mulheres na vida pública. Ao mesmo tempo, o caso também gerou efeitos positivos, ao mobilizar a sociedade civil, estimular redes de solidariedade e contribuir para avanços legais, como a aprovação da Lei n.º 14.192/2021, que tipifica a violência política de gênero. Assim, sua experiência tornou-se central para expor a misoginia estrutural da política brasileira e impulsionar mecanismos de proteção às mulheres.

No artigo intitulado "Fake News: O Que É, Como Se Faz E Por Que Funciona?" (Renê et al., 2021), as chamadas "fake news" são compreendidas como parte de um fenômeno mais amplo e complexo apelidado de "desordem informacional". Os autores definem o termo como informações fabricadas que imitam o formato visual e a estrutura de conteúdos jornalísticos tradicionais, porém desprovidas do rigor organizacional, da apuração e da real intenção da imprensa profissional. Embora a expressão tenha se popularizado e sofrido desgaste político, sendo frequentemente usada por governantes para desqualificar críticas, o trabalho cientificamente a posiciona dentro do conceito de desinformação, que se caracteriza pela produção e distribuição deliberada de conteúdos falsos com o objetivo explícito de enganar, lucrar ou causar danos premeditados. Assim, na era digital, o ecossistema das notícias falsas deixa de ser um evento isolado e passa a operar de forma industrial, misturando textos simulados, memes difamatórios e suportes audiovisuais adulterados que se espalham rapidamente por meio de algoritmos e automação nas redes sociais.

A trajetória de Manuela D'Ávila ajuda a compreender esse processo. Filha de uma juíza e de um professor universitário, ingressou no ensino superior ainda jovem, entre 16 e 17 anos, cursando jornalismo e ciências sociais. Iniciou sua carreira política como vereadora em Porto Alegre, em 2004, sendo posteriormente

eleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul. Em 2018, foi candidata à vice-presidência na chapa de Fernando Haddad, e, em 2020, disputou a prefeitura de Porto Alegre, chegando ao segundo turno contra Sebastião Melo, quando obteve 45,37% dos votos válidos. Em 2022, optou por não concorrer a cargos eletivos. Desde o início de sua trajetória, entretanto, sua imagem pública foi marcada por enquadramentos midiáticos sexistas: foi frequentemente retratada como a “Musa da Câmara dos Deputados” e teve sua capacidade política questionada em entrevistas, nas quais se sugeria que sua aparência não condizia com a seriedade das funções que exercia. Além disso, foi representada de forma infantilizada, como uma figura sem autonomia, dependente de lideranças masculinas, como exemplifica uma charge em que aparece com um urso de pelúcia, sendo conduzida por um candidato homem.

Embora as mulheres representem a maioria da população, sua presença em cargos eletivos ainda é reduzida. Dados recentes mostram que elas ocupam apenas 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12,3% no Senado Federal. Esse cenário reflete um ambiente político percebido como hostil: pesquisas indicam que 80% das mulheres consideram que a política favorece os homens, enquanto 32% das candidatas relatam já ter sofrido discriminação de gênero, em contraste com apenas 10% entre os homens. Nesse sentido, a experiência de Manuela D’Ávila, especialmente por sua alta visibilidade e competitividade eleitoral, evidencia como a violência política de gênero atua como um mecanismo deliberado para limitar a participação feminina no poder. A violência, portanto, não deve ser entendida como um efeito colateral da disputa política, mas como uma estratégia ativa de manutenção das estruturas de poder existentes.

Por fim, a campanha de 2020 em Porto Alegre demonstra de forma clara o caráter estratégico e escalonado dessa violência. Os ataques não ocorreram de maneira constante, mas se intensificaram significativamente nas redes sociais e nos debates públicos no momento em que a candidata passou a liderar as pesquisas de intenção de voto. Essa coincidência indica que a agressividade foi uma resposta direta ao seu crescimento eleitoral. Além disso, sua posição política à esquerda e sua condição de mulher em ascensão a tornaram alvo preferencial de opositores, que mobilizaram discursos marcados por machismo e misoginia para deslegitimá-la.

Dessa forma, o caso evidencia como gênero e posicionamento político se articulam na produção de violências específicas, reforçando barreiras à participação plena das mulheres na política.

TABELA 1 - INDICADORES DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL (DADOS DAS ELEIÇÕES 2018-2020)

Representatividade Feminina (Eleições 2022)	Percepção e Experiência de Discriminação	Formas mais comuns de discriminação relatadas por mulheres
17,7% da Câmara Federal	80% das mulheres acreditam que o ambiente político favorece mais aos homens	Interrupção na fala Desqualificação em função do gênero
12,3% do Senado Federal	32% das mulheres já foram discriminadas no ambiente	Ameaça, humilhação ou chantagem

Fonte: Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal 2018-2020)

A campanha de desinformação contra Manuela D'Ávila foi um dos pilares da violência. A própria candidata descreve em artigo redigido por ela na revista *Carta Capital* e depois publicado na página do PCdoB⁶ que os ataques sofridos em 2020 foram “ainda maiores e mais cruéis” do que aqueles registrados em 2018, uma vez que os mecanismos de incitação ao ódio operam de forma cumulativa. Nesse processo, narrativas falsas não apenas reaparecem, mas se sobrepõem e se somam a outras já existentes, formando um verdadeiro acervo de desinformação que pode ser continuamente reutilizado.

⁶ Manuela D'Ávila, Manuela. Manuela D'Ávila: A violência política de gênero. PCdoB, 2021. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/manuela-davila-a-violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

Falsidades antigas, como acusações de que a candidata seria “hipócrita” ou “drogada”, foram recicladas e ampliadas com novas narrativas, incluindo alegações absurdas de que ela defenderia o consumo de carne de cachorro ou a destruição de igrejas. Um caso emblemático foi a recirculação de uma fake news que atribuía à candidata a defesa do aborto para “não criar filho de vagabundo”. Essa afirmação, surgida em 2018, foi posteriormente verificada como falsa pela agência Lupa, que identificou sua origem em uma montagem produzida por uma página de memes.

A persistência e a circulação estratégica dessas mentiras ao longo do tempo indicam a existência de um esforço deliberado para construir uma imagem pública negativa, independentemente da veracidade das acusações. Nesse sentido, Gomes e Dourado (2019) definem a desinformação como narrativas que se apresentam como factuais, mas que inventam ou distorcem acontecimentos, sendo disseminadas em larga escala por atores interessados em seus efeitos.

Assim, não se trata de episódios isolados, mas de uma estratégia contínua de descredibilização, que busca saturar o debate público com calúnias sexistas e desviar a atenção das propostas políticas. Além disso, a candidata também foi alvo de ataques de natureza pessoal, nos quais sua vida privada foi utilizada como instrumento de ataque político. Seu ex-noivo, Rodrigo Maroni, também candidato, realizou diversas investidas de caráter machista, mobilizando informações e narrativas pessoais com o objetivo de fragilizar sua imagem em debates e entrevistas.

Esse tipo de prática evidencia uma dimensão de violência contra as mulheres que ultrapassa o campo ideológico, ao reforçar normas patriarcais que associam a legitimidade da atuação pública feminina à sua conduta privada. Soma-se a isso o silêncio dos demais candidatos homens durante os debates, que não reagiram às agressões, contribuindo para a naturalização desse tipo de violência. A própria vítima defende que a ausência de posicionamento não apenas legitima essas práticas, mas também sinaliza à sociedade que o uso do machismo como estratégia política pode ser eficaz, reforçando dinâmicas de exclusão e desigualdade no espaço público⁷.

O impacto mais severo dos ataques foi a sua extensão à vida pessoal e familiar de Manuela D'Ávila. As ameaças não se limitaram à sua vida, mas se direcionaram a sua filha, que à época tinha apenas seis anos, e a sua mãe, com ameaças de estupro e assassinato. A candidata relata que é "humanamente impossível conciliar" o exercício do mandato com a necessidade de se defender de ameaças tão graves⁸. Ela desabafa que os ataques a afetaram "emocional e fisicamente", com impactos em sua "saúde mental e física". Segundo ela, a maternidade, usada como um ponto de vulnerabilidade pelos agressores, também se tornou, paradoxalmente, um fator de resiliência. Em sua visão, a experiência de ser mãe a ajudou a se reconectar com sua própria humanidade, protegendo-a da necessidade de se fechar para se proteger dos rótulos e ataques. Esse paradoxo revela que, enquanto os agressores buscam usar o laço materno para desestabilizar a candidata, ele também pode se tornar uma fonte de força para as mulheres que navegam na vida pública.

O caso de Manuela D'Ávila, somado à violência sofrida por outras mulheres na política, foi um dos eventos que solidificaram a urgência de uma nova lei para combater o problema. Os ataques, devido à sua gravidade e visibilidade, forneceram evidências concretas de que o arcabouço legal existente era insuficiente. A experiência da candidata, com a exposição da natureza multifacetada e cruel das agressões, ajudou a validar a necessidade de uma legislação específica. A aprovação da Lei n.º 14.192/2021 representou um avanço crucial, sendo um primeiro passo na criação de um instrumento jurídico para inibir e punir a violência política de gênero. Em complemento a essa medida, em outubro de 2020, o "Manifesto pela Ética e Democracia, por e por Todas Nós" foi lançado durante uma live⁹. Essa iniciativa, organizada pela deputada Maria do Rosário, visava defender

⁷ .Manuela D'Ávila, Manuela. Manuela D'Ávila fala sobre violência política contra mulheres. [S. l.]: Manuela D'Ávila, 2 dez. 2022. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WS0kJ5d6w8Q>. Acesso em: 18 out. 2025.

⁸ Manuela D'Ávila, Manuela. Manuela D'Ávila fala sobre violência política contra mulheres. [S. l.]: Manuela D'Ávila, 2 dez. 2022. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WS0kJ5d6w8Q>. Acesso em: 18 out. 2025.

⁹ MANIFESTO defende Manuela D'Ávila e candidatas contra violência política. Vermelho, 16 out. 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/10/16/manifesto-defende-manuela-davila-e-candidatas-contra-violencia-politica/>. Acesso em: 23 out. 2025.

Manuela D'Ávila e outras candidatas contra a violência política de gênero, contando com a participação e apoio da deputada Jandira Feghali, que esteve entre as signatárias mencionadas pela imprensa na época.

2.1.2 JOICE HASSELMANN: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

Joice Hasselmann é uma jornalista e ex-deputada federal que protagonizou uma das trajetórias mais intensas e meteóricas da política brasileira recente. Após construir uma forte base de apoio digital como jornalista de oposição ao PT, ela surfou a onda do antipetismo em 2018 e se filiou ao PSL para apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro. Naquele ano, ela conquistou um resultado histórico ao receber mais de um milhão de votos por São Paulo, tornando-se a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados na história do país. Devido ao seu perfil articulador e combativo, foi nomeada Líder do Governo no Congresso Nacional logo no início de 2019, desempenhando um papel central nas negociações para a aprovação da Reforma da Previdência.

No entanto, o auge de sua influência foi seguido por um rompimento barulhento e definitivo com o núcleo do poder ainda em 2019. Divergências internas no PSL e embates diretos com os filhos do presidente levaram à sua destituição da liderança do governo, transformando-a rapidamente em uma das críticas mais ferozes da gestão bolsonarista, com denúncias públicas sobre o funcionamento de milícias digitais. Esse forte reposicionamento político custou o apoio de seu eleitorado original e resultou em um rápido declínio nas urnas: em 2020, obteve pouco mais de 1% dos votos na disputa pela Prefeitura de São Paulo e, em 2022, já filiada ao PSDB, não conseguiu se reeleger deputada federal, recebendo menos de quatorze mil votos. Após o término do mandato, Joice Hasselmann se afastou da política partidária institucional para focar no jornalismo independente e na produção de conteúdo digital voltado ao bem-estar e estilo de vida.

No cenário político brasileiro, a ex-deputada Joice Hasselmann emerge como um caso notável e representativo dessa problemática. Sua trajetória, marcada por uma ascensão histórica e um subsequente e dramático declínio¹⁰, oferece uma

¹⁰ Poder360. Joice Hasselmann vai de mais votada em 2018 a menos de 2.000 votos em 6 anos. [S. l.: s. n.], [202?]. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/Joice-Hasselmann-vai-de-mais-votada-em-2018-a-menos-de-2-000-votos-em-6-anos/>. Acesso em: 24 set. 2025.

visão clara das dinâmicas de poder e das vulnerabilidades específicas enfrentadas por mulheres que ocupam posições de destaque. A ascensão política de Joice Hasselmann em 2018 foi um evento notável na política brasileira, demonstrando a força do movimento que a elegeu. Naquele pleito, filiada ao PSL, ela conquistou 1,07 milhão de votos, o que a consagrou como a mulher mais votada na história da Câmara dos Deputados. Seu sucesso eleitoral foi impulsionado pela "onda bolsonarista,"lavajatismo" e a consolidação do discurso antipetista. O alinhamento com o então presidente eleito, Jair Bolsonaro, era central para sua narrativa e sua base de apoio. Uma análise mais aprofundada de sua trajetória revela que ela não se via apenas como uma seguidora, mas como uma das criadoras do movimento. Em entrevista, afirmou ter ajudado o presidente em um momento em que ele era "ridicularizado" e rejeitado pelas mulheres, com apenas 3% das intenções de voto¹¹.

Essa posição de protagonismo inicial é crucial para compreender o sentimento de traição que ela relataria mais tarde. A ironia reside no fato de que a ascensão de esteve diretamente correlacionada com a força do mesmo grupo político que, após o rompimento, se tornaria sua principal fonte de ataques. A máquina de comunicação digital que a impulsiona é a mesma que, mais tarde, seria instrumentalizada para sua destruição.

Em seu primeiro e único mandato como Deputada Federal, na 56ª Legislatura, ocupou posições de destaque. Foi vice-líder de um bloco partidário em fevereiro de 2019 e, na sequência, líder do Governo no Congresso Nacional. Além disso, chefiou a Secretaria de Comunicação da Câmara, consolidando sua influência e poder dentro da estrutura política. A trajetória política de Joice Hasselmann tomou um rumo drástico em 2019 com a sua ruptura com o clã Bolsonaro. O rompimento, que a levou a deixar a liderança do governo no Congresso, foi o ponto de inflexão que deflagrou uma guerra digital sistemática e virulenta contra ela. Após a desavença, usou sua posição para denunciar a existência de uma "milícia" e um "gabinete do ódio"¹² no Palácio do Planalto,

¹¹ El País Brasil. Joice Hasselmann : "Sofri um estupro moral, justo eu que fui a mulher que mais ajudou Bolsonaro" 23 set. 2020. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/Joice Hasselmann --sofri-um-estupro-moral-justo-eu-que-fui-a-mulher-que-mais-ajudou-bolsonaro.html](https://brasil.elpais.com/brasil/Joice%20Hasselmann%20--%20sofri-um-estupro-moral-justo-eu-que-fui-a-mulher-que-mais-ajudou-bolsonaro.html). Acesso em: 24 set. 2025.

¹² Expressão utilizada para designar o núcleo ideológico e de articulação digital que funcionava no terceiro andar do Palácio do Planalto durante a gestão de Jair Bolsonaro. Sob a liderança do

operado por uma "organização criminosa" que, segundo ela, tinha como líderes os filhos do então presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) das Fake News, ela detalhou a operação, relatando a existência de uma tabela para a produção diária de memes e publicações com o objetivo de "destruir reputações". Os ataques que se seguiram foram de natureza sexista, evidenciando o uso da misoginia como tática de deslegitimação política. A parlamentar foi alvo de insultos e xingamentos como "porca," "gorda," "traíra," "vagabunda" e "piranha". Além disso, foram criadas "montagens surreais" e "dossiês falsos" que circulam nas redes sociais e, de forma particularmente cruel, foram enviados para os telefones de seus filhos.

Em sua fala na sessão deliberativa em Brasília narra:

"Eu tenho dois filhos, essa moça com cara de dondoca, que fez sua vida, muito bem-sucedida, sim, ganhando bastante dinheiro na área de comunicação, sim. É o que eu quero para o meu País, como boa liberal: as pessoas com meritocracia, crescendo, bem empregadas, ganhando dinheiro. É isso o que eu quero. Eu não quero dividir pobreza, eu quero multiplicar riqueza. É isso o que eu quero. Essa moça tem dois filhos: uma jovem e um adolescente de 11 anos. Nenhum de vocês sabe qual é o rosto dos meus filhos. Por quê? Porque eles também já foram ameaçados de morte. Eu tive que me privar da companhia deles algumas vezes - muitas vezes! E o meu mais novo, semana passada, me disse: *"Mãe, por que estão chamando a senhora de porca na Internet?" "Por que estão chamando a senhora de Pig na Internet?" "Não foi a senhora que ajudou tanto esse Governo?"* (A oradora se emociona.)" (HALSSEMAN, 2019)

Joice Hasselmann qualificou a experiência como um "verdadeiro estupro moral," ressaltando a natureza violenta e avassaladora dos ataques. Em seu discurso na Câmara, em novembro de 2019, ela afirmou que nunca tinha se sentido "vítima do mais sujo machismo", apesar de sua história de enfrentamento político. A deputada, que se descreveu como uma "mocinha com cara de dondoca" que cresceu em uma "favela rural" e que não tem medo de nada nem de ninguém, comparou a "gangue virtual" da direita com os ataques que já havia sofrido da esquerda, afirmando que a violência da milícia digital era de uma gravidade sem

vereador fluminense Carlos Bolsonaro, o grupo era composto originalmente pelos assessores Tércio Arnaud, José Martins Sales Gomes e Mateus Diniz, contando posteriormente com a integração de figuras como Felipe Martins e Célio Faria Júnior. De acordo com Xavier (2020), o grupo atuava de forma semelhante ao "Grande Irmão" orwelliano, sendo responsável pela elaboração de relatórios políticos, gerenciamento das redes sociais da presidência e coordenação de campanhas difamatórias baseadas em disparos em massa de fake news financiados com recursos públicos. Durante a crise da Pandemia de Covid-19, o núcleo concentrou esforços na difusão de discursos contrários aos protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e na articulação de ataques diplomáticos à República Popular da China.

precedentes. Ela afirmou que esses ataques não representam uma direita decente, que deve respeitar a lei e a moralidade, e que o que vivenciava era o "autoritarismo do mais sujo, do mais baixo". A parlamentar também informou que estava acionando a Justiça para rastrear os IPs dos perfis falsos e levando alguns parlamentares ao Conselho de Ética e à Procuradoria Geral da República (PGR). A reação de outros parlamentares, especialmente da Bancada Feminina, demonstra a natureza coletiva do problema. Deputadas como Alice Portugal e Perpétua Almeida se solidarizaram, com Alice Portugal classificando a agressão contra Joice Hasselmann como moral, misógina e cruel, comparável ao que outras figuras femininas na política já haviam sofrido. A natureza dos ataques, centrada em insultos de gênero e na manipulação de imagens, teve como objetivo desviar o foco de qualquer debate político substancial e minar a credibilidade da parlamentar, reduzindo-a a estereótipos misóginos. O ataque à família, em particular aos filhos, foi uma tática de guerra psicológica para quebrar sua moral e resistência, revelando um nível de agressão que transcende o embate ideológico.

IMAGEM 1



Fonte: Foto publicada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) em sua conta no Instagram, na qual divulga uma montagem em que o rosto da deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP) aparece em uma nota de R\$ 3, sugerindo que a parlamentar seria “falsa”.

Tabela 2 - Cronologia dos principais ataques digitais e denúncias

Data/Período	Evento Chave	Natureza dos Ataques	Fonte dos Ataques (Segundo Joice Hasselmann)
Fevereiro/2019	Nomeação como líder do Governo no Congresso	-	-
Final de 2019	Rompimento com o clã Bolsonaro	Início de ataques coordenados	"Milícia digital" no Palácio do Planalto
Novembro/2019	Denúncia na tribuna da Câmara	Insultos (porca, gorda, traíra, vagabunda, piranha), montagens, dossiês falsos	"Gangue virtual" e "quadrilha virtual"
Dezembro/2019	Depoimento à CPMI das Fake News	Acusações de uma "organização criminosa" na disseminação de desinformação	"Gabinete do ódio" liderado por Eduardo e Carlos Bolsonaro

Setembro/2023	Entrevista ao El País	Qualificação dos ataques como "estupro moral"	"Gabinete do ódio" do clã presidencial
----------------------	-----------------------	---	--

(Fonte: autoria própria com dados coletados de diversos sites, demonstrado na nota de rodapé¹³)

A violência contra Joice Hasselmann não se limitou ao ambiente digital. Em julho de 2021, a deputada relatou ter acordado com ferimentos graves em seu apartamento funcional em Brasília, suspeitando ter sido vítima de um atentado. Ela afirmou não se lembrar do que havia acontecido e descreveu as lesões como cinco fraturas no rosto, uma na coluna, dois dentes quebrados, além de diversos hematomas no corpo, incluindo joelhos, costela e ombros¹⁴. Embora não tenha descartado a possibilidade de um acidente doméstico, a gravidade das lesões a levou a suspeitar de um ataque. A parlamentar relatou que os médicos a alertaram, dizendo que os ferimentos seriam consistentes com múltiplas quedas ou uma queda de uma escada. Em entrevista, ela ponderou sobre a demora em acionar a polícia, explicando que sua reação inicial foi de acreditar que havia sofrido um mal súbito, e que a preocupação com os dentes quebrados também a levou a priorizar o

¹³ , Joice Hasselmann . Sofri um estupro moral. Justo eu, que fui a mulher que mais ajudou Bolsonaro. El País, Brasil, 23 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-23/Joice-Hasselmann--sofri-um-estupro-moral-justo-eu-que-fui-a-mulher-que-mais-ajudou-bolsonaro.html>. Acesso em: 23 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CPMI das Fake News ouve deputada Joice Hasselmann ; acompanhe. Câmara dos Deputados, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/620838-cpmi-das-fake-news-ouve-deputada-joice-hasselmann--acompanhe/>. Acesso em: 23 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Joice Hasselmann denuncia milícia e gabinete do ódio na disseminação de fake news. Câmara dos Deputados, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann--denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news>. Acesso em: 23 out. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministra Cármen Lúcia suspende retirada de postagem de Joice Hasselmann contra Roberto Requião. Notícias STF, 22 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ministra-carmen-lucia-suspende-retirada-de-postagem-de-joice-hasselmann--contra-roberto-requiao/>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL DE FATO. Joice Hasselmann ameaça: "Eu sei quem vocês são e o que fizeram no verão passado". Brasil de Fato, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/Joice-Hasselmann--ameaca-eu-sei-quem-voces-sao-e-o-que-fizeram-no-verao-passado/>. Acesso em: 23 out. 2025.

¹⁴ , Joice Hasselmann . Joice Hasselmann desconfia que lesões podem ter sido atentado; confira entrevista. Correio Braziliense, 21 jul. 2021. Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940434-joice-hasselmann--desconfia-que-lesoes-podem-ter-sido-atentado-confira-entrevista.html>. Acesso em: 18 out. 2025.

atendimento com um dentista. A investigação subsequente, conduzida pelo Departamento de Polícia Legislativa (Depol) da Câmara dos Deputados, trouxe uma conclusão que gerou controvérsias. A perícia em 16 câmeras do prédio do apartamento funcional de não identificou a entrada de nenhuma "pessoa estranha" no período em que o incidente ocorreu. A análise das imagens também concluiu que a parlamentar não saiu do imóvel por vários dias, exceto quando foi para o hospital. O inquérito foi enviado ao Ministério Público Federal. A discrepância entre o relato da deputada e a conclusão da investigação policial é um ponto crítico na análise de seu caso. A ausência de evidências de invasão ou de terceiros envolvidos minou a credibilidade de sua denúncia perante a opinião pública e seus críticos, gerando uma nova onda de questionamentos e piadas em seu detrimento. Essa controvérsia, por sua vez, somou-se à campanha de deslegitimação digital que ela já vinha enfrentando. A falta de um desfecho público para o caso, uma vez que o inquérito foi enviado ao Ministério Público Federal, contribui para a incerteza que paira sobre o incidente, e o uso de informações sigilosas pelo Depol para justificar a não divulgação de detalhes adicionais amplifica as dúvidas.

IMAGEM 2



Fonte: PODER360. **Notícias de interesse público e relevância jornalística.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/>.

O impacto dos ataques contra Joice Hasselmann não se restringiu à sua imagem e credibilidade política; ele se manifestou em consequências pessoais e físicas. A ex-deputada relatou que a violência de ódio resultou na "somatização" dos ataques em seu corpo, um fenômeno em que o estresse psicológico extremo se manifesta em sintomas físicos. Ela afirmou ter sofrido a perda de seu útero e passado dias na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) como resultado dessa somatização. No âmbito político, a queda eleitoral de Joice Hasselmann foi drástica e implacável. Tendo se tornado uma "traíra" na narrativa bolsonarista, ela não conseguiu manter sua base eleitoral nem construir uma nova. Seu declínio eleitoral não foi apenas um resultado da ruptura, mas uma manifestação política do sucesso da campanha de desinformação e deslegitimação. Na eleição de 2022, ao tentar a reeleição como deputada, ela obteve apenas 13.679 votos, o que representou uma queda de 98,73% em relação ao seu resultado de 2018. A derrota não encerrou a sequência de insucessos. Em 2024, já filiada ao Podemos, não

conseguiu se eleger vereadora de São Paulo, obtendo apenas 1.673 votos. Após essa última derrota, ela anunciou sua aposentadoria da vida política, afirmando que não sairia mais como candidata a nada. A perda de mais de 98% de seus eleitores entre 2018 e 2022 demonstra de forma contundente o impacto político dos eventos subsequentes ao rompimento.

Tabela 3: Comparativo Eleitoral e o Impacto Político

Eleição	Cargo	Partido	Votos Totais	Variação (em relação a 2018)
2018	Deputada Federal (SP)	PSL	1.070.000	-
2022	Deputada Federal (SP)	PSDB	13.679	98,73%

(Fonte: autoria própria com dados coletados do site de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais¹⁵)

A narrativa em torno do caso de Joice Hasselmann é ainda mais complexa devido às acusações de que ela própria utilizava táticas de desinformação. Ex-funcionários a acusaram de produzir notícias falsas e de orientar a criação de contas falsas em redes sociais para disseminar narrativas específicas. Segundo depoimentos, ela teria exigido que a equipe criasse "pelo menos cinco perfis em cada rede social" e que os serviços prestados incluíssem "montagem de vídeos, criação de narrativas, notícia falsa sem saber se era, de fato, verdadeira". A deputada negou as acusações, chamando as denúncias de "patéticas e mentirosas" e afirmando ser vítima de uma armação. A acusação de que Joice Hasselmann também praticava as táticas que denunciava cria um cenário de sobreposição entre vítima e agressor. Isso não a deslegitima como vítima, mas contextualiza a dinâmica política na qual ela estava inserida: um ambiente onde a produção e o combate à desinformação se sobrepõem, e a ferramenta de ascensão se torna, ironicamente, a de destruição¹⁶. O caso também demonstra a centralidade das redes sociais como

¹⁵ Divulgação de contas TSE: Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2040602022/250001612132/2022/SP>. Acesso em: 23 out. 2025.

¹⁶ CNN BRASIL. Deputada Joice Hasselmann é acusada de produzir fake news. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputada-Joice-Hasselmann--e-acusada-de-produzir-fake-news/>. Acesso em: 24 set. 2025.

campo de batalha política. Os ataques organizados através de "milícias digitais" e o uso de "robôs" para alavancar hashtags revelam a sofisticação das táticas de guerra informacional. Os agressores não se limitam a xingamentos aleatórios; eles utilizam ferramentas de comunicação em massa para destruir reputações e minar a sanidade de seus alvos. A deputada afirmou que essa milícia "mata reputações, mata sonhos, mata esperanças, mata desejos, mata inocências" , e que ela sobreviveu a essa máquina poderosa.

A experiência pessoal e profissional de sublinha a interconexão entre o ataque político e o impacto físico e psicológico. A "somatização" dos ataques relatada pela ex-deputada sugere que a violência digital não é apenas um fenômeno virtual; ela tem consequências físicas e psicológicas reais e devastadoras, afetando a saúde da vítima de forma tangível. O seu afastamento da carreira política representa a vitória de seus agressores na busca por sua completa deslegitimação e exclusão do espaço político.

É importante afirmar que a presença de mulheres na política a partir de aparições públicas em intensos processos midiáticos, como debates, entrevistas e enquadramentos por grupos políticos, geram estereótipos sobre sua capacidade de resolver os problemas a que se propõe a política institucional. Por meio da teoria do enquadramento e utilizando as aparições midiáticas como corpus da pesquisa, pretende-se observar criticamente essas aparições, qualificando os enquadramentos midiáticos dessas lideranças diante dos seus feitos, como votações expressivas, no caso de Joice Hasselmann , em 2018, ou mesmo o exercício de posições políticas de relevância, quando foi candidata a vice-presidente da República, no mesmo ano.

Para além da expressiva votação obtida, as reações geradas pelo surgimento e pela atuação de lideranças como Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann trouxeram à tona uma dinâmica crucial sobre a trajetória feminina no poder: ao enfrentarem a hostilidade e as barreiras de gênero do ambiente institucional, elas optaram por se afastar da vida política formal, sem, contudo, se retirarem da vida pública. Essa distinção é fundamental, pois demonstra que o abandono dos cargos e disputas eleitorais não significa um recuo do debate social ou do engajamento com a opinião pública, mas sim uma reconfiguração de sua atuação fora das estruturas partidárias e estatais. A teoria do enquadramento (*Frame Analysis*, 1974), de Erving Goffman, adotada como aporte metodológico desta pesquisa, oferece uma chave

interpretativa essencial para compreender como a mídia e os atores políticos constroem narrativas sobre essa decisão, organizando sentidos e direcionando a percepção do público a partir de estereótipos naturalizados sobre a presença e a permanência de mulheres na política.

Ao observarmos as participações de figuras femininas na política, como Joice Hasselmann e Manuela D'Ávila, percebemos como diferentes enquadramentos midiáticos e políticos moldam suas imagens públicas: de um lado, destacando trajetórias, estilos de comunicação e posicionamentos ideológicos; de outro, reforçando estereótipos ou reduzindo às lideranças, como “problemáticas”, “encrenqueiras”, “traidoras”, “musa”, disputando ou por vezes anulando a legitimidade de suas falas. Esses enquadramentos não apenas influenciam a percepção social das duas parlamentares, mas também refletem disputas mais amplas sobre o lugar das mulheres na política brasileira atual.

2.2 - O ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO SOBRE Joice Hasselmann E MANUELA

Este capítulo perfaz a análise do enquadramento da imagem das duas lideranças políticas abordadas. Ao adotar essa perspectiva, a pesquisa busca compreender a construção midiática das imagens das referidas políticas, reconhecendo que essa percepção tem caráter determinante no curso da experiência social e política. A fundamentação metodológica desta pesquisa ancora-se, ainda, na Teoria do Enquadramento Midiático (*media framing*), compreendida como um campo interdisciplinar que conecta os estudos de comunicação e movimentos sociais e a sociologia digital. Ou seja, essa é uma análise preliminar, resultado de uma incursão inicial e qualitativa que busca compreender violências simbólicas que as mulheres estão submetidas no contexto de esfera pública técnico-midiatizada.

A utilização da metodologia de análise de enquadramento, conforme discutido por Balieiro (2026), volta-se para a compreensão de como a realidade é disputada por grupos políticos e mediada pelos meios de comunicação. Nesse sentido, o conceito assume um papel vital na análise de conflitos políticos

contemporâneos, pois evidencia o caráter processual em que os atores manifestam seus valores e interesses, exercendo sua “capacidade de impor ou negociar a respeito da realidade em disputa” (Balieiro, 2026, s/p).

No campo midiático, entretanto, esses enquadramentos não operam apenas como formas narrativas de apresentação dos fatos, mas também como dispositivos de seleção, hierarquização e legitimação simbólica.

Nesse sentido, a cobertura dedicada a Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann revela não apenas disputas narrativas e ideológicas em torno da política institucional brasileira, mas igualmente a permanência de estruturas simbólicas que condicionam, limitam e tensionam a representação dessas mulheres políticas na esfera pública.

Soma-se a isso a lógica da comunicação digital contemporânea, marcada pela circulação acelerada de conteúdos, pela intensificação da polarização política e pela espetacularização dos conflitos (Miskolci, 2021), fatores que potencializam a disseminação e a reprodução dessas violências contra mulheres políticas no ambiente midiático.

Partindo dos conteúdos midiáticos levantados por este pesquisador e descritos nesta pesquisa, pretende-se realizar aqui uma análise qualitativa dos enquadramentos atribuídos a Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann, buscando identificar os elementos discursivos mobilizados na construção de suas imagens públicas, ou seja, identificando enquadramentos que permitam observar como as mulheres políticas estão submetidas ao escrutínio público.

Para tanto, foi definido o seguinte corpus analítico:

Tabela 4

Data	Conteúdo	Link
01/10/2006	Matéria da Folha – “ <i>Musa do Sul vê beleza com desdém</i> ”	https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84871.shtml
2007 (sem data)	Entrevista Programa do Jô	https://globoplay.globo.com/v/350

exata)		0533/
24/01/2007	Folha – <i>Musa vence simulação de eleição na Câmara</i>	https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88914.shtml
15/12/2009	CQC - Reportagem sobre o Prêmio Congresso em Foco 2009	https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=KwTtHIHbCTY
20/06/2012	Entrevista no programa Gentili	https://www.youtube.com/watch?v=CW2jqxINd5Q
24/10/2014	Entrevista <i>Agora é Tarde</i> (Rafinha Bastos)	https://www.youtube.com/watch?v=3nMjeOXCwIE
25/06/2018	no <i>Roda Viva</i>	https://m.youtube.com/watch?v=GYBfJS-NMTI
26/06/2018	Enquadramento MBL: “é <i>sórdida?</i> ”	https://www.youtube.com/watch?v=9UbnySGTq64
06/10/2018	PlayGroundBR – <i>Promessa da Esquerda Brasileira – peça acessória</i>	https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=571008103335002
06/11/2018	Cabrini entrevista Joice Hasselmann Hasselman: a encenqueira de um milhão de votos	https://m.youtube.com/watch?v=uM5MpWP-T4k https://m.youtube.com/watch?v=L1u2P-HTWhI
21/10/2019	Joice Hasselmann no <i>Roda Viva</i> – <i>ela reconhece violência política de gênero</i>	https://m.youtube.com/watch?v=QP1dWztvRVQ
06/11/2019	Carta aberta de para Joice Hasselmann (Twitter) – no contexto de ataques virtuais à Joice Hasselmann	https://x.com/manueladavila/status/1192227838629498880?s=46
01/10/2020	Debate Band Porto Alegre (1º	https://m.youtube.com/watch?v=L

	turno – enfoque ex-namorado/“traidora”)	QCC9xIUWM4
25/07/2021	TikTok – Joice Hasselmann comparada a porco	https://www.tiktok.com/@lunsouza2/video/6988855456215174405?q=joyce%20peppa%20pig&t=1758113357866
15/04/2025	Youtube - “DR com Leandro Demori	https://www.youtube.com/watch?v=rzsYH3uYCEE&t=3s

Tabela: autoria própria.

Para operacionalizar a observação do enquadramento do material, foi adotado as orientações procedimentais de Margaret Linström e Willemien Marais (2012). Os autores sugerem, no momento inicial, uma análise exploratória e indutiva dos materiais selecionados. A partir de um levantamento geral de material encontrado, escolheu-se aqueles que mais se aproximavam da questão de pesquisa, ou seja, a construção (por meio de enquadramentos) de uma percepção depreciativa das políticas.

Assim, seguindo a orientação metodológica de Linström e Marais (2012), o percurso analítico deste capítulo organiza-se na forma de seleção e análise dos quadros interpretativos envolvendo e Joice Hasselmann. O modelo permite uma análise qualitativa através de etapas interdependentes, que estruturam a observação desde a coleta até a identificação dos enquadramentos finais. O estudo foca na identificação do enquadramento predominante sobre essas mulheres políticas pela imprensa, por meios de comunicação, e por movimentos sociais, arenas das disputas políticas e sociais contemporâneas. Ao fazer a observação dos materiais selecionados para a análise desta pesquisa, tendo como ponto de partido o campo de estudo em desenvolvimento, que é a sociologia digital, buscou-se elaborar relatos interpretativos sobre o enquadramento midiático dirigido a suas imagens. Tendo como ponto de partida e inspiração a orientação metodológica de Linström e Marais (2012) para análise do enquadramento, o percurso analítico da pesquisa seguiu a seguinte forma:

1. **Seleção dos conteúdos e do tema:** Foram selecionados materiais que retratam o escrutínio público dado a e Joice Hasselmann no contexto de

participação política brasileira, revelando a textura dos enquadramentos dados a essas mulheres.

2. **Determinação do recorte temporal:** A observação dos dados será feita a partir de uma perspectiva longitudinal, que observará os enquadramentos dados a essas mulheres desde que ingressaram na disputa política-institucional até o primeiro semestre de 2026.
3. **Definição do universo da amostra:** A amostra é composta pela observação de conteúdos que retratam o escrutínio público de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann .
4. **Estabelecimento da unidade analítica:** A unidade de análise é a violência política de gênero a que essas mulheres estão submetidas, observando conteúdos em texto, imagens e vídeos.
5. **Seleção de enquadramento indutivo ou dedutivo:** A análise utiliza uma abordagem exploratória e indutiva, permitindo identificar como as novas lógicas dos enquadramentos midiáticos, difusos e fragmentados, se conecta com raiz históricas de violência contra as mulheres.
6. **Construção de definições operacionais coerentes:** Utiliza-se a técnica de **codificação temática** para classificar os enquadramentos, garantindo que as categorias de análise sejam coerentes para retratar as violências sofridas por essas mulheres políticas no contexto da esfera pública técnico-midiatizada.
7. **Identificação dos enquadramentos:** Os enquadramentos finais são identificados a partir de dispositivos retóricos e técnicos recorrentes, como enfoques específicos que podem ser observados em diferentes materiais.

A partir disso, operou-se a definição das categorias analíticas a partir da transcrição e codificação dos dados coletados. Campos (2026) define que a codificação, aplicada a análise de dados qualitativos, consiste em atribuir uma definição curta a determinada passagem de texto analisado, no caso, textos de

matérias da imprensa, imagens e vídeos transcritos. “Assemelham-se, nesse sentido, a rótulos ou a etiquetas que afixamos a fragmentos de dados.” (Campos, 2026, p. 39). Campos (2026) descreve que o objetivo do processo de codificação é identificar padrões nos dados, destacando os aspectos comuns presentes nos dados das mulheres políticas analisadas. Além disso, destaca que a codificação cumpre papel determinante na redução do volume de dados com o qual trabalhamos, criando um conjunto menor de informações que podem ser analisadas de forma organizada.

A luz das teorias e munido dos dados da pesquisa, esta pesquisa se ancora na codificação dos dados para (1) identificar padrões de dados, (2) reduzir o volume de informações da pesquisa e (3) manter a análise ancorada nos dados. A definição das categorias analíticas ocorreu a partir da codificação temática, considerando a recorrência de padrões narrativos observados nos materiais selecionados, contemplando especialmente enquadramentos estéticos, de gênero, marcados por processos de moralização da figura pública, mecanismos de deslegitimação simbólica e invisibilização da atuação política institucional.

Dessa forma, as categorias de análise não se restringem apenas aos temas enfatizados pela cobertura midiática dos materiais coletados, mas procuram igualmente compreender os mecanismos simbólicos por meio dos quais determinadas representações são legitimadas, reforçadas ou desqualificadas no debate público, particularmente quando direcionadas a mulheres inseridas em espaços historicamente marcados por relações de poder assimétricas.

Os materiais selecionados para análise são de fontes diversas, como vídeos e reportagens, debates, entrevistas, entre outros materiais, que retratam o percurso desde o início da carreira na política institucional de ambas as mulheres, trazendo uma observação temporal dessas mulheres na política que vai até o primeiro semestre de 2025. Partindo desse escopo teórico-metodológico e do acúmulo desta pesquisa, foi possível codificar enquadramentos comuns direcionados a e Joice Hasselmann . São eles “enquadramento estético”, “enquadramento de conflito”, “enquadramento vida pessoal”, “enquadramento de inocência política” e “enquadramento de desumanização”.

Considerando as mudanças no ecossistema comunicacional, o exercício metodológico desta pesquisa se debruça sobre uma diversidade de materiais que incluem entrevistas, matérias jornalísticas, reportagens, imagens, memes e outros produtos midiáticos. Também é importante destacar que os objetos de análise foram selecionados com base na sua relevância, e que a partir da identificação do problema, pretende-se partir para uma análise do enquadramento pormenorizada, por meio de incursões qualitativas nesses materiais.

No capítulo seguinte, será feita a análise dos enquadramentos por meio de dispositivos retóricos recorrentes e através do exame de palavras e enfoques usados para descrever Joice Hasselmann e Manuela D'Ávila, identificando quais enquadramentos reforçam estereótipos de gênero ou deslegitimam suas atuações, bem como a possibilidade de identificar a construção de quadros (frames) genéricos ou específicos para apresentar as mulheres políticas analisadas. Por meio da teoria do enquadramento, com análise centrada nos materiais, será possível identificar estratégias recorrentes de violência política de gênero na política.

CAPÍTULO 3 - ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS NA REPRESENTAÇÃO DE Manuela D'Ávila E Joice Hasselmann

3.1 ENQUADRAMENTO ESTÉTICO

O enquadramento estético, atribuído a ambas as mulheres analisadas, se caracteriza pela interpretação e exposição de suas trajetórias com alto enfoque em atribuições estéticas em detrimento de qualificações para exercício dos cargos políticos que ocupam ou das votações recordes.

Em entrevista ao Programa do Roberto Cabrini, em 06 de novembro de 2018, após ser eleita deputada federal mais votada do país, Joice Hasselmann tem qualidades estéticas notadas pelo jornalista, como marca de roupas e sapatos luxuosos usados pela recém eleita deputada. É chamada de “Bolsonaro de saias” e também são frequentes na reportagem imagens de Joice Hasselmann se maquiando, além de detalhes sobre agendamento de horário com cabeleireiros e maquiadores. Ao ser comparada a porca em charge viral que circulou em 25 de julho de 2021 pela plataforma TikTok e foi potencializada por grupos bolsonaristas, o enquadramento estético classifica Joice Hasselmann como “gorda”, “porca” e faz referências a personagem de desenho Infantil Peppa Pig. Em entrevista ao Programa Roda Viva em 21 de outubro de 2019, Joice Hasselmann reconhece o teor dessas montagens que a comparam a porcos.

Eleita pela primeira vez em 2006 como Deputada Federal, a mais jovem do pleito, Manuela D'Ávila foi enquadrada pela grande imprensa em suas primeiras aparições como “Musa do Sul”, uma mulher bonita que não se preocupava com beleza, mas que “vê beleza com desdém”. O adjetivo de musa foi utilizado em matérias jornalísticas da grande imprensa que marcaram sua chegada à Câmara. O adjetivo foi reproduzido em coberturas e manchetes, sempre questionado por sobre a ausência do adjetivo equivalente para o sexo masculino em um ambiente composto em sua maioria por homens. “Acho estranho que não exista a palavra “muso””, respondeu na mesma entrevista que a qualificava como “Musa eleita em votação simulada”. foi eleita com votação recorde naquele ano, com 271.939 votos.

teve sua primeira aparição em rede nacional de televisão enquanto Deputada Federal eleita e empossada em 2007, no 'Programa do Jô', da Rede Globo, sob a manchete "Deputada federal Manuela D'Ávila é a musa da Câmara". A entrevista enfatiza as qualidades estéticas de Manuela, como cor de cabelo, o fato de ser jovem, e sobre o sentimento de "inveja" para com José Eduardo Cardozo, Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, à época em um relacionamento com Manuela, seguido de perguntas e reflexões sobre o relacionamento. Qualidades físicas também são comparadas com a exibição de fotos da época em que tinha sobrepeso, com perguntas sobre o processo de emagrecimento.

Em 24 de janeiro de 2007, é novamente retratada no jornal como a "Musa" que venceu uma eleição simulada na Câmara, reforçando suas qualidades estéticas como fator preponderante.

Em entrevista ao programa Agora é Tarde, de Danilo Gentili, é apresentada ao público como a Deputada mais votada, sendo recebida pelo apresentador com a frase "Obrigado por aceitar o convite, você está mais bonita do que quando eu te encontrava pelos corredores do congresso [nacional]". relata também alguns adjetivos que os deputados a tratavam: bobinha e bonitinha.

Danilo também classifica a presença da parlamentar como "uma flor no meio do asfalto" e como "engajadinha", para retratar a participação de na política.

A deputada expõe uma diferença no próprio exercício do trabalho parlamentar, quando por exemplo homens se reúnem em um bar para negociar política, e quando se trata de um encontro de uma mulher com um homem, isso pode ser interpretado como um encontro sexual. É possível identificar também perguntas sobre possíveis "cantadas de pedreiro" recebidas no congresso. Depois, a entrevista segue explorando caminhos da vida pessoal, como ex e atuais relacionamentos. Houve também uma ligação telefônica com um quiz surpresa com o então noivo de Manuela. Por último, é induzida a responder a pergunta: você prefere ser uma Presidenta com 100 quilos ou uma vereadora com 50?

Em 2009, cumprindo seu primeiro mandato, foi abordada por repórteres do programa CQC, da Band, nos corredores da Câmara dos Deputados. Na ocasião, a deputada foi classificada como "a mais linda da Câmara dos Deputados", ao lado de seu namorado, José Eduardo Cardozo. O repórter, junto de Eduardo Cardozo, beija simultaneamente as bochechas de Manuela.

Os comentários sobre estética e sucesso devido a sua beleza reaparecem em nova entrevista ao programa de entrevista "Agora é Tarde", com apresentação de Rafinha Bastos, exibido em 24 de outubro de 2014, acionando o enquadramento estético.

É recebida com referências e elogios às conquistas de melhor parlamentar, e à sua estética, “ela é linda”. Também é notado trocadilhos com idade, “você parece ter 24”. Novamente, também são exibidas fotos antigas à plateia de com sobrepeso. Também é exibido um vídeo de enquanto coordenadora da comissão de direitos humanos, onde a parlamentar repudiava o comentário do seu colega congressista Jair Bolsonaro, que afirmou que seus filhos não iriam se relacionar com mulheres negras, pois foram bem-educados e não se relacionam com prostitutas. Novamente, é lembrada sobre a relação com José Eduardo Cardozo e em como essa relação anulou sua defesa de esclarecimento sobre o escândalo do caso Alstom¹⁷, em São Paulo. foi acusada de se manifestar contra a corrupção e não contra o vazamento de informações por conta de seu relacionamento com José Eduardo Cardozo. No programa, foi exibida à reação de à época do fato, quando subiu na tribuna e denunciou o comportamento machista destinado às mulheres políticas, o que a afastou do exercício parlamentar por algumas semanas. exemplifica que o congresso não é um ambiente feito para mulheres, citando novamente a prática dos congressistas de se encontrarem após a meia noite, para beber uísque e discutir política. Sendo uma mulher, no outro dia a imprensa reproduz a mulher como “amante” do homem. Em comentários de internautas, novamente uma pergunta sobre o sobrepeso: “agora que você emagreceu, você tira mais selfies peladas?” e com viés sexual: “Manu é verdade que você já teve uma banda de rock? toca uma pra mim”, logo após perguntas do apresentador sobre ela ter ou não tirado fotos peladas para enviar ao namorado ou marido e perguntar à plateia quem já havia feito isso.

3.2 ENQUADRAMENTO DE INOCÊNCIA POLÍTICA

¹⁷ O escândalo do caso Alstom consiste numa série de denúncias de suborno envolvendo a empresa francesa Alstom e governos de vários países do mundo. No Brasil, foi apontado o envolvimento de autoridades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

Outro enquadramento analítico identificado nesta pesquisa é o “enquadramento de inocência política”, onde as mulheres são reiteradamente descritas como figuras alheias aos melindres do jogo político, sendo realocadas em um espaço marginal, com utilização de palavras no diminutivo, muitas vezes anulando previamente a possibilidade de expressar sua opinião político-ideológica com a mesma seriedade com que homens políticos fazem. No programa do Danilo Gentili, é chamada de “engajadinha”, em tom diminutivo, enquanto são exibidas fotos do início da sua militância.

Joice Hasselmann, ao ser chamada de “Bolsonaro de saias”, tem sua figura associada à liderança de Bolsonaro, com enfoques apontando que seu sucesso político é justificado pela ascensão do líder conservador e não pela própria capacidade de articulação política.

Em outubro de 2018, o coletivo de mídia de esquerda PlayGround BR mobiliza o enquadramento de inocência política. A legenda convida para assistir o vídeo da “feminista e revolucionária que enfrenta Bolsonaro e busca a vice-presidência do Brasil”. No vídeo, é colocada como “nova carta do Partido dos Trabalhadores”, peça acessória da esquerda no processo eleitoral presidencial como recurso à impossibilidade de Lula se candidatar à eleição. O vídeo do PlayGround também destaca que em um cenário hostil às minorias, encarna os valores de Marielle Franco, vereadora negra assassinada em 2018 no Rio de Janeiro, tendo que solicitar escolta após ameaças de morte. O grupo ilustra uma página de rolagem com diversas fake news, entre elas, uma com a camiseta falsamente estampada com a frase “jesus é travesti”, em contraposição a frase original “rebele-se”¹⁸. Também aparecem muitas imagens de e sua filha Laura.

No programa “DR com Leandro Demori”, exibido na TV Brasil em 15 de abril de 2025, relatou que o desafio de ser mulher na política começou quando ela tinha 23 anos, na Câmara de Porto Alegre. Depois, em Brasília, aos 25. Afirmou que a humanidade das mulheres é vista como “frufu”, uma fraqueza. Relatou que foi retratada como musa pela Folha de São Paulo, mas que a violência estava presente no Orkut em meados de 2006 e 2010. Manu também relatou que, ao observar as experiências, percebeu que a internet organiza grupos de ódio que não falam em

¹⁸ A fake news do WhatsApp de Bolsonaro que pode ser combatida: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/jonatas-campos/2018/10/05/a-fake-news-do-whatsapp-de-bolsonaro-pode-ser-combatida/>

público, mas que falam em comunidades. também citou as interrupções no Roda Viva, e que em 2026 pretende ter uma agenda para as mulheres.

Em 2018, quando se colocou como vice-candidata à Presidência da República, aciona redes de ódio que iniciam acusando-a de ser uma falsa cristã. Uma personagem montada para a campanha, como neste relato:

Quando viram a foto escolhida para a urna, naturalmente com uma diferente dos anos anteriores, rapidamente construíram um conjunto de ataques virtuais com grande distribuição: eu estaria tentando parecer uma crente, mãe de família (juro que não entendo o que eles acham que é parecer uma mãe de família, já que com qualquer cabelo e roupa, eu deveria parecer aquilo que realmente sou: uma mãe). (Manuela D'Ávila, 2022, p. 129)

3.3 ENQUADRAMENTO DE DESUMANIZAÇÃO

O “enquadramento de desumanização” é caracterizado pela exposição de comparações com animais e indução de conteúdos que façam a relação dessas mulheres com usuárias de drogas, pessoas sórdidas e até mesmo pessoas e descrentes no sentido religioso, portanto, indignas de qualquer solidariedade.

É possível conhecer, portanto, neste enquadramento, a divisão persistente nos diferentes enquadramentos dados a homens e mulheres em assuntos que envolvam discussões. Enquanto homens são vistos como corajosos, combativos, mulheres são frequentemente vistas como barraqueiras.

Em se tratando de Joice Hasselmann, é observado que quando rompe com o governo de Jair Bolsonaro, em outubro de 2019¹⁹, após ser destituída do cargo de líder do governo no Congresso Nacional, ela se torna alvo de uma campanha de desumanização e corrosão de sua autoridade. É chamada de barraqueira e repetidamente comparada a porcos, e a personagem infantil da Peppa Pig, Joice Hasselmann tem sua imagem reiteradamente atacada. Em 2021, após sofrer agressão em seu apartamento funcional²⁰, a então Deputada tem novamente sua imagem relacionada a porcos em postagens virais.

¹⁹ YOUTUBE. *Vídeo disponível em:* <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=4kteDS3ZWuQ>. Acesso em: 1 jun. 2026.

²⁰ El País. *Mistério ronda a agressão a Joice Hasselmann*. Brasil, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/misterio-ronda-a-agressao-a-Joice-Hasselmann-.html>. Acesso em: 1 jun. 2026.

Em 25 de julho de 2021, um perfil no TikTok ridicularizou a Deputada Joice Hasselmann exibindo a foto dela em mosaico, na parte superior, um porco pulando de uma camionete, e na parte inferior, ela machucada, sendo representada como animal. Esse enquadramento a partir da comparação com animais provoca a desumanização da parlamentar, forçando a se defender e desviando o foco das pautas políticas institucionais a que naturalmente se dedicariam.

Para observar o enquadramento de desumanização de Manuela, começamos pela entrevista no Roda Viva da TV Cultura, no ano de 2018, programa de entrevistas mais antigo do Brasil, que teve sua estreia em 1986. A entrevista se tornou objeto deste estudo por meio de incursões qualitativas de cunho exploratório, que visavam observar a chamada tolerância repressiva no Brasil a partir de expressões de machismo e misoginia. Jornais de grande circulação como Folha de São Paulo (2018), Gazeta do Povo (2018) e Jornal Grande Bahia (2018) apontaram que a pré-candidata sofreu de 40 a 62 interrupções, o que significou 400% a mais do que a média dos demais pré-candidatos.

Aconteceu na noite de 25 de junho de 2018 a entrevista dela: mulher, mãe, feminista e comunista. Por baixo do terninho aberto estava visível a camisa preta com a frase em letras brancas “lute como uma garota”. No centro daquela roda ela foi uma personificação contemporânea do Outro do homem, a que se refere Simone de Beauvoir (2014), ousando estampar em si estigmas que historicamente já instigaram diversas manifestações de ódio. O caso de Manuela D'Ávila e o Programa Roda Viva teve grande repercussão nas redes sociais, chamou atenção da imprensa e dos movimentos feministas e gerou respostas dos entrevistadores envolvidos. (ANTUNES; SOARES, 2023, p. 111)

Logo após o programa, em junho de 2018, na esteira das repercussões da entrevista, a pré-candidata passa a ser enquadrada pelo movimento de direita Movimento Brasil Livre. O grupo pergunta em descrição de vídeo publicado no Youtube: “Manuela D'Ávila é sórdida?”. O vídeo também traz questionamentos que colocam como figura aliada de regimes autoritários, como Stalin e Mao Tsé Tung, e Kim Jong-un, atual ditador da Coreia do Norte. Também adjetivada como “extrema-esquerda”, o fato dela fazer compras em Nova York é também citado. Kim Kataguiri encerra o vídeo dizendo que apesar de ter 37 anos, “ainda quer lutar como uma garota” e que “política é coisa séria demais para ser tratada como brincadeira”.

3.4 ENQUADRAMENTO DO ESTIGMA DA CONFLITUOSA

O enquadramento de conflituosa caracteriza-se pelas exposições de uma trajetória de conflito para ocupação do espaço pretendido ou pela conquista de votos, induzindo que as mulheres só ingressam na política por meio de grandes conflitos, que seriam premissas para que mulheres ocupem e obtenham grandes votações.

Joice Hasselmann é enquadrada como “encrenqueira” como enfoque em resposta a votação recorde, sendo deslocada para o “enquadramento de conflituosa”. A classificação como encrenqueira é exibida na chamada textual da reportagem especial e ao longo da entrevista ao jornalista Roberto Cabrini no programa Conexão Repórter, do SBT, publicada no Youtube em 6 de novembro de 2018. É enquadrada como “mulher que bancou todos os conflitos” e ajudou a eleger Jair Bolsonaro Presidente da República naquele ano.

Em 05 de novembro de 2018, foi ao ar pela emissora SBT o programa Conexão Repórter, em contexto pós-eleição de Jair Bolsonaro, tendo Joice Hasselmann como principal cabo eleitoral de campanha. Neste contexto, Joice Hasselmann foi apresentada como a “encrenqueira de um milhão de votos”, sendo a mais votada do país.

Na entrevista, Joice Hasselmann relata ameaças de morte a ela e à filha. Também rotulada de “Bolsonaro de saias”, ela dizia que não foi eleita para ser office boy de Presidente. Sobre a vida pessoal, afirmou que mudou radicalmente. De infância difícil em Ponta Grossa, afirmou também que sempre defendeu o estado de Israel. Em 21 de outubro de 2019, no Programa Roda Viva, da TV Cultura, demonstra reconhecer a violência política de gênero que sofreu, destacando os resultados como ameaças de morte aos filhos, devido ao rompimento com Jair Bolsonaro e escalada da violência política por meio da representação animalesca.

O caso da ex-deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), neste contexto, representa um marco fundamental para a compreensão da violência política digital coordenada (VPDC) no Brasil contemporâneo. A trajetória de é emblemática: ela ascendeu de jornalista e influenciadora digital a uma das principais aliadas do então presidente Jair Bolsonaro, alcançando a liderança do governo no Congresso. Seu posterior rompimento, em outubro de 2019, resultou na sua

transformação de defensora-chave em alvo primordial de um ecossistema digital de desinformação altamente estruturado.

É crucial destacar que a violência direcionada a possui uma dimensão de violência política de gênero. Embora a oposição política fosse a base do ataque, o modo de operação frequentemente incorpora o assédio moral e sexualizado. A deputada chegou a classificar a experiência como um "estupro moral".

3.5 ENQUADRAMENTO DE VIDA PESSOAL

Por último, o “enquadramento de vida pessoal” confronta as mulheres com aspectos estritamente pessoais, como apontá-las como sendo “mulheres traidoras”, por ex-parceiros ou aliados políticos, e desviando o foco e aspectos da disputa eleitoral e institucional a que as mulheres políticas deveriam ser naturalmente submetidas.

No debate eleitoral da Band, em 01 de outubro de 2020, o enquadramento de vida pessoal é acionado por um adversário durante um debate político. No minuto 5:28, é categoricamente chamada de traidora pelo ex-companheiro e então candidato a prefeito de Porto Alegre, Rodrigo Maroni (PROS), lembrando uma traição do relacionamento conjugal. “Muitos vão me questionar se é uma coisa pessoal, mas não, a trai, com nomes e sobrenomes, traiu a Rosane Bordion, traiu Rafael Simões, traiu sua primeira chefe de gabinete, Soninha Correia, traiu André Machado, Beto Albuquerque, a mim óbvio, porque tu trai”, discursou.

No mês seguinte à participação de Joice Hasselmann no programa Roda Viva, Manuela D'Ávila publicou na rede social “X” uma carta aberta à Joice Hasselmann. Na carta, cumprimentou a deputada e fez uma linha cronológica sobre a divergência de opiniões em relação ao machismo no congresso nacional, quando Joice Hasselmann dizia que bastava “se impor no grito que tudo ia resolver”, foi solidária aos ataques direcionados à e disse que sentiu na pele o que é ter um filho ou filha de 11 anos recebendo notícias falsas na internet a respeito da mãe. também lembrou o tapa que a filha sofreu, e a sensação da filha em se preocupar com o animal de estimação: “mãe [Manuela], eles odeiam e podem agredir nosso gatinho também?”, perguntou a filha. encerra a carta lembrando que episódios semelhantes aconteceram com Maria do Rosário, Jean Wyllys e Marielle Franco.

Ambas as candidatas também fazem discursos em reconhecimento a violência política sofrida por ambas no âmbito da vida pessoal. Episódios que transcenderam os fluxos de comunicação digital, o que merece atenção da sociedade e das instituições democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou investigar a manifestação da violência política de gênero (VPG) na esfera pública técnico-midiatizada brasileira, tomando como objetos empíricos as trajetórias de Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann. Partindo da tese de que a expansão das plataformas digitais e a consolidação de um ecossistema informacional orientado por algoritmos de engajamento reconfiguraram as dinâmicas de exclusão das mulheres dos espaços de poder, a pesquisa articulou a teoria do enquadramento midiático às abordagens da sociologia digital e aos estudos críticos de gênero.

Para responder ao problema central de investigação, o estudo cumpriu sistematicamente os seus três objetivos específicos. Em relação ao primeiro objetivo específico, *mapear materiais midiáticos e conteúdos digitais relacionados às duas lideranças*, o percurso metodológico indutivo permitiu constituir um corpus heterogêneo composto por matérias da mídia mainstream, postagens em redes sociais (Twitter/X, Instagram e YouTube), memes, trechos de sabatinas e relatos das próprias agentes. Esse mapeamento evidenciou que a violência política na era digital não se restringe a episódios isolados ou a suportes comunicacionais únicos; trata-se de um *continuum* em que ataques simbólicos, pânico morais e campanhas de desinformação transitam fluidamente entre os ecossistemas digitais e a cobertura jornalística tradicional.

No tocante ao segundo objetivo específico, *identificar e categorizar os principais enquadramentos midiáticos mobilizados contra as duas agentes políticas*, a análise documental permitiu emergir cinco quadros interpretativos transversais que operam na corrosão da imagem pública feminina:

1. Enquadramento Estético: Reduz o capital político e as competências técnicas das agentes aos seus atributos físicos e padrões estéticos, hipersexualizando-as ou ridicularizando alterações em seus corpos;
2. Enquadramento de Inocência Política: Infantiliza as lideranças, retratando-as como ingênuas, manipuláveis ou meras peças acessórias (ou "fachadas") subordinadas a tutores políticos masculinos;

3. Enquadramento de Desumanização: Opera via comparações animais, deformações grotescas em memes e xingamentos misóginos que objetificam e retiram a dignidade ontológica das parlamentares;
4. Enquadramento da Conflituosa/Patologização: Associa o exercício da liderança e a firmeza posicionada a desvios emocionais, desequilíbrio psíquico, histrionismo ou vocação para a promoção de intrigas;
5. Enquadramento da Vida Pessoal: Instrumentaliza a devassa da intimidade, o escrutínio da maternidade e os arranjos conjugais como táticas de julgamento moralista para desviar o debate dos projetos programáticos.

Quanto ao terceiro objetivo específico, *conhecer a textura dos processos de enquadramento, identificando similaridades e diferenças entre os casos*, os achados empíricos revelaram conclusões fundamentais sobre a natureza transversal e ideologicamente fluida da violência política de gênero:

1. Similaridades Encontradas

A principal convergência identificada reside na simetria dos mecanismos de deslegitimação simbólica. Embora situadas em polos ideológicos opostos (Manuela no campo da esquerda/PCdoB e Joice no campo da direita/conservadorismo), ambas foram submetidas ao mesmo repertório de violência de gênero quando suas presenças desafiaram a ordem androcêntrica. Em ambos os casos, a agressão ultrapassou o plano da discordância programática para atingir a condição ontológica de "mulher na política".

Outra similaridade marcante refere-se aos efeitos de interdição e esgotamento: tanto Manuela quanto Joice vivenciaram o isolamento político, o abalo psicológico e o recuo temporário ou definitivo da política representativa institucional (seja pelo afastamento de disputas eleitorais, seja pela severa encolhida de suas bases de votação). Ambas as trajetórias demonstram como a esfera pública técnico-midiatizada funciona como uma engrenagem que potencializa as barreiras de permanência, cobrando das mulheres um "custo de entrada e manutenção" desproporcional ao exigido dos homens.

2. Diferenças Encontradas

As divergências observadas dizem respeito principalmente às matrizes ideológicas dos emissores/perpetradores e à dinâmica temporal de alinhamento com as redes de ataque:

- **Emissores e Origem dos Ataques:** No caso de Manuela D'Ávila, a violência política operou de forma externa e longitudinal, oriunda majoritariamente do ecossistema de extrema-direita e de grupos neoconservadores que a elegeram como alvo histórico de pânico morais ("defensora do comunismo", "ideologia de gênero" e destruição da família). No caso de Joice Hasselmann, a violência apresentou um caráter endógeno e circular: inicialmente, Joice atuou como operadora e articuladora dessas próprias gramáticas de ataque digital contra adversários; contudo, ao romper com o grupo bolsonarista, tornou-se alvo fulminante do próprio "gabinete do ódio" e das milícias digitais que antes integrava, sofrendo uma retaliação direcionada com forte conotação de punição à "traição".
- **Gramática do Julgamento Moral:** Enquanto os enquadramentos sobre Manuela focavam na demonização de sua visão de mundo através do estigma da "doutrinadora" e da profanação dos valores tradicionais, a desqualificação de Joice mobilizou com maior intensidade a ridicularização estética e a desacreditação de sua sanidade mental, rotulando-a como "louca", "oportunista" ou "mitômana".

Em suma, os achados desta dissertação confirmam que a violência política de gênero na era digital não é um subproduto acidental do debate público, mas uma tecnologia política de exclusão deliberada e estruturada. A atuação dos algoritmos de engajamento, ao priorizarem a indignação, a polarização e o escracho, atua como catalisadora da misoginia histórica. O estudo demonstra que a consolidação democrática no Brasil permanece incompleta enquanto a esfera pública técnico-midiatizada continuar naturalizando o linchamento virtual e a corrosão reputacional das mulheres que ousam ocupar os espaços de poder e decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A VERDADE. 6 anos de luta pela justiça: confira a linha do tempo do Jornal A Verdade sobre o assassinato de Marielle. A Verdade, 1 abr. 2024. Disponível em: A Verdade. Acesso em: 1 de junho. 2026.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Ludmila Costa de. Violência política e representação feminina no Brasil contemporâneo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-29052006-002701/publico/Dissertacao_Ludmila_Almeida.pdf. Acesso em: 1 de junho. 2026.

ANDRADE, Ane Caroline de Oliveira Cunha. Evolução da representatividade feminina na política brasileira: uma análise do Congresso Nacional no século atual. Fortaleza: Universidade do Parlamento Cearense - UNIPACE, 2024. p. 1-20.

ANTUNES, Deborah Christina; SOARES, Aline Rebouças Azevedo. Mulher e política: o discurso autoritário em entrevista a Manuela D'Ávila no programa Roda Viva de 2018. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 10, n. 23, p. 104-123, abr./jun. 2023.

<https://doi.org/10.55028/pdres.v10i23.16850>

ARQUEI, Nélida; ALBAINE, Laura. O Feminismo na política: paridade e violência política de gênero na América Latina. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-24, maio de 2018.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORBA, Felipe; ISRAEL, Vinícius; CARNEVALE, Miguel; BAHIA, Pedro. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710803, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tjmdXJJjJssjXZxWHvNsfx/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

<https://doi.org/10.1590/3710803/2022>

Pierre BOURDIEU. Uma dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Brasil conecta 6,1 milhões de novos usuários à internet em apenas dois anos, aponta o IBGE. Brasília, DF: MCom, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/Julho/brasil-conecta-6-1-milhoes-de-novos-usuarios-a-internet-em-apenas-dois-anos-aponta-ibge>. Acesso em: 18 de maio de 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Violência política. Brasília, DF: MDHC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica>. Acesso em: 1 de junho. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Se Liga: qual é a cota de gênero que os partidos devem respeitar nas candidaturas? Brasília, DF: TSE, 14 anos atrás. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/se-liga-qual-a-cota-de-genero-que-os-partidos-devem-respeitar-nas-candidaturas>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CAMPOS, Marden. Análise de dados qualitativos: manual de codificação e análise temática. Belo Horizonte: Didática, 2026.

CASTRO, Amanda Motta; CAETANO, Marcio. Dilma Rousseff: as eleições e a lógica androcêntrica na política brasileira. Revista Nanduty, Dourados, v. 6, n. 8, p. 23-45, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/8819>. Acesso em: 1 de junho. 2026.

<https://doi.org/10.30612/nty.v6i8.8819>

Manuela D'Ávila, (org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DEKESEREDY, Walter. Abuso de mulheres em relacionamentos de namoro: o papel do apoio masculino aos colegas. Mil Carvalhos: Sage, 2000.

ESCOSTEGUY-MEDRONHO, Adriana. Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 122, e122041ae, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/x4Jn86C8pCJHZdzqbzd7Kwz/?lang=pt>. Acesso em: 18 de maio. 2026.

<https://doi.org/10.1590/0102-001041ae/122>

FOLHA DE S.PAULO. Partidos são lugar de destroçar mulher, diz ex-deputada do PSOL registrada em votos. São Paulo: Folha de S.Paulo, mar. 2025. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/03/partidos-sao-lugar-de-destrocar-mulher-diz-ex-deputada-do-psol-recordista-em-votos.shtml>. Acesso em: 1 de junho. 2026.

FORSTER, Renê e outros. Notícias falsas: o que é, como se faz e por que funciona? São Paulo: Pré-impressões SciELO, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3294>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3294>. Acesso em: 20 de maio. 2026.

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3294>

GOFFMAN, Erving. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Wilson. Esfera pública e democracia: comunicação política e debate público na era da internet. São Paulo: Paulus, 2019.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791).

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IBGE. Agência de Notícias. A Internet chega a 74,9 milhões de domicílios no país em 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>. Acesso em: 18 de maio de 2026.

JUVENTUDE, José Sérgio Martins. As candidaturas consideradas "laranjas" e sua relação com a Lei de Cotas. Em: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 15. ; PRÉ-ALAS BRASIL, 2012, Teresina. Anais... Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41261>. Acesso em: 19 de maio de 2026.

KRITSCH, Raquel; SILVA, André Luiz da; TEIXEIRA, Raniery Parra. Democracia, representação política e populismo na era das tecnologias digitais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 123, e123042rk, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-123042rk/123>.

<https://doi.org/10.1590/0102-123042rk/123>

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Violência contra as mulheres na política. Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford, 2020.

<https://doi.org/10.1093/oso/9780190088460.001.0001>

LACLAU, Ernesto. A razão populista. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2006.

LEMONS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. Em: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_a081156f2e34754ede3de2a3afda6675.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2026.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINDSTRÖM, Margaret; MARAIS, Willemien. Análise qualitativa do quadro de notícias: uma metodologia. *Communitas*, v. 17, p. 21-38, jan. 2012.

<https://doi.org/10.38140/com.v17i0.991>

HOMEM, Kate. Garota para baixo: a lógica da misoginia. Nova York: Oxford University Press, 2018.

<https://doi.org/10.1093/oso/9780190604981.001.0001>

Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MISKOLCI, Richard. Batalhas Morais: Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Midiaticizada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 132-156, jan./abr. 2018.

<https://doi.org/10.20336/rbs.237>

MOU, Yunhui; ATKINSON, Joe. Violência política e conflito. *Jornal de Ciência Política*, v. 45, n. 3, p. 255-276, 2013.

MUNIZ, Bianca. Medo de violência política atinge 6 a cada 10 brasileiros, aponta estudo. G1, 11 de maio de 2026. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/05/11/medo-de-violencia-politica-atinge-6-a-cada-10-brasileiros-aponta-estudo.ghml>. Acesso em: 18 de maio de 2026.

NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Ainda, 2022.

<https://doi.org/10.1007/978-3-031-16392-0>

Praça, Gabriela. Polarização e discurso político no ambiente digital. São Paulo: Unesp, 2024.

PODER360. O Brasil é o país com o menor número de mulheres na política na América Latina. Poder360, 13 anos atrás. 2026. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/brasil-e-o-pais-com-menor-numero-de-mulheres-na-politica-na-america-latina/>. Acesso em: 15 atrás. 2026.

SABBATINI, Letícia Sabbatini M. A. da; CHAGAS, Viktor. Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero online. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 21, n. 1, 2024.

<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2024.101398>

SALVADOR, Raony. A pior posição da América Latina: Brasil fica em 134º lugar no ranking global de mulheres na política. *Revista Fórum*, 13 atrás. 2026. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/brasil-ranking-mulheres-politica/>. Acesso em: 15 atrás. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 52, n. 207, p. 143-158, jul./set. 2015. Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/r34594.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2026.

SEGATO, Rita Laura. As estruturas elementares da violência. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2003.

SOBIERAJ, Sarah. Ameaça Credível: ataques contra mulheres online e o futuro da democracia. Nova York: Oxford University Press, 2020.

<https://doi.org/10.1093/oso/9780190089283.001.0001>

SILVA, Vera Lucia Marques da; SILVA, Adriano da. Violência política de gênero: estudos e perspectivas nacionais e internacionais a partir de uma revisão de escopo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 30, n. 12, e07222024, 2025.

VALENTE, Mariana. Violência política de gênero e redes digitais. Brasília: InternetLab, 2023.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. (1792).

XAVIER, Uribam. Gabinete do Ódio - O Grande Irmão Bolsonaro: farsa e tragédia no Brasil. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: <https://cienciassociais.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/gabinete-do-odio.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2026.